



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

YURAN FERNANDES DOMINGOS SANTANA

**A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS DO GRUPO BANTU
NA EMERGÊNCIA DO LÉXICO DO PORTUGUÊS ANGOLANO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

YURAN FERNANDES DOMINGOS SANTANA

**A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS DO GRUPO BANTU
NA EMERGÊNCIA DO LÉXICO DO PORTUGUÊS ANGOLANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S223i

Santana, Yuran Fernandes Domingos.

A influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico do português angolano / Yuran Fernandes Domingos Santana. - 2022.

66 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

1. Bantos - Angola. 2. Língua portuguesa - Angola - Lexicologia. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.9673

YURAN FERNANDES DOMINGOS SANTANA

**A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS DO GRUPO BANTU
NA EMERGÊNCIA DOLÉXICO DO PORTUGUÊS ANGOLANO**

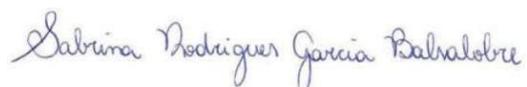
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras. Aprovado em: 01/02/2022.

BANCA EXAMINADORA



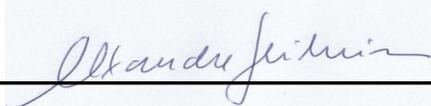
Prof. Dr. Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Profa. Dra. Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Nesta parte, dedico algumas palavras de agradecimentos àqueles que me acompanharam na construção deste trabalho e contribuíram direta ou indiretamente no decurso da minha graduação.

A Deus, pela saúde e força para a conclusão desta etapa da minha vida.

Ao meu pai, Alberto Fernandes Santana, pelo apoio, incentivo, afeto e, mais ainda, pelos esforços para que eu tivesse acesso à educação formal.

Aos meus irmãos, Léticia, Yolanda, Aclilton, Aires, Clenia, Edson e Lucival, pelo afeto e carinho demonstrados durante toda a graduação.

Ao meu orientador, Alexandre António Timbane, pelo acolhimento, paciência e por ter indicado os caminhos teóricos e metodológicos para esta pesquisa. Minha gratidão, professor.

Aos meus amigos e colegas, pelo apoio e carinho sempre demonstrados.

À banca, por ter aceitado o convite e contribuído com as correções e apontamentos feitos no dia da defesa da monografia.

Agradeço também a todos os informantes que possibilitaram a obtenção dos dados analisados no trabalho.

RESUMO

A língua portuguesa chegou em Angola pelo processo da colonização. Seguidamente, o português ganhou outras características impulsionadas pelos contextos sociolinguísticos (LABOV, 2008) que particularizaram a língua, transformando-a em variedade. O léxico é uma das faces mais visíveis da língua que caminha em concorrência com a semântica. Esta monografia aborda a influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico do português angolano. A escolha do tema deveu-se ao fato de que diversas unidades lexicais oriundas das línguas bantu estão presentes no vocabulário dos angolanos. Assim, parte-se da hipótese de que a formação lexical do português angolano é motivada pela influência das línguas africanas ou das línguas angolanas no português e que o surgimento de significados decorre da interferência dessas línguas no português falado no país. O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar como as línguas africanas do grupo bantu contribuíram na formação do léxico do português de Angola, assumida como a variedade falada no espaço geográfico angolano. No primeiro capítulo do trabalho, descrevemos a situação sociolinguística do país através da apresentação dos povos e línguas, com ênfase para o grupo etnolinguístico bantu. No segundo capítulo, tratamos dos neologismos léxico-semânticos do português angolano, dado que, durante o nosso estudo, constatou-se que os angolanismos estão presentes na fala dos cidadãos luandenses. No terceiro capítulo, realizamos entrevistas com falantes angolanos residentes na província de Luanda, a fim de analisar a presença de unidades lexicais das línguas bantu no vocabulário desses falantes. Utilizamos a pesquisa bibliográfica para reunir as informações que serviram como supedâneo para a construção do trabalho e a pesquisa quantitativa para a análise dos dados. Dessa forma, constatamos que o processo de formação de palavras por meio da adoção e adaptação de termos oriundos das línguas bantu é bastante fecundo no PA, sendo as pessoas do sexo masculino (65%), não escolarizadas (70%) e na faixa etária de jovens e adultos (85%) as que mais utilizam, no português, as palavras provenientes das línguas do grupo bantu. Por fim, destacamos a influência das línguas deste grupo na formação do léxico e na constituição da variedade do português angolano.

Palavras-chave: Bantos - Angola. Linguagem e línguas - Variação. Língua portuguesa - Angola - Lexicologia.

RÉSUMÉ

La langue portugaise est arrivée en Angola à travers le processus de colonisation. Par la suite, le portugais a acquis d'autres caractéristiques induites par des contextes sociolinguistiques (LABOV, 2008) qui ont particularisé la langue et la transformant en variété. Le lexique est l'un des aspects les plus visibles du langage qui rivalise avec la sémantique. Cette monographie aborde l'influence des langues du groupe bantu dans l'émergence du lexique portugais angolais. Le choix du thème était dû au fait que plusieurs unités lexicales des langues bantu sont présentes dans le vocabulaire des angolais. Ainsi, nous partons de l'hypothèse que la formation lexicale du portugais angolais est motivée par l'influence des langues africaines ou des langues angolaises sur le portugais et que l'émergence de nouveaux sens résulte de l'interférence de ces langues dans le portugais parlé en Angola. L'objectif de cette recherche est de comprendre et d'analyser comment les langues africaines du groupe bantu ont contribué à la formation du lexique portugais de l'Angola, supposé comme la variété parlée dans l'espace géographique angolais. Dans le premier chapitre de la monographie, nous décrivons la situation sociolinguistique du pays à travers la présentation des peuples et des langues, en mettant l'accent sur le groupe ethnolinguistique bantu. Dans le deuxième chapitre, nous traitons des néologismes lexico-sémantiques du portugais angolais, étant donné que, lors de notre étude, il a été constaté que les angolais sont présents dans le discours des citoyens de Luanda. Dans le troisième chapitre, nous avons mené des entretiens avec des locuteurs angolais résidant dans la province de Luanda, afin d'analyser la présence d'unités lexicales de langues bantu dans le vocabulaire de ces locuteurs. Nous avons utilisé la recherche bibliographique pour recueillir des informations qui ont servi de substitut à la construction de l'ouvrage et la recherche quantitative pour l'analyse des données. Ainsi, nous avons constaté que le processus de formation des mots à travers l'adoption et l'adaptation des termes des langues bantu est très fructueux dans le PA, avec des hommes (65%), sans éducation (70%) et dans le groupe d'âge des jeunes et les adultes (85%) ceux qui ont le plus utilisé, en portugais, des mots des langues du groupe bantou. Enfin, nous soulignons l'influence des langues de ce groupe dans la formation du lexique et dans la constitution de la variété du portugais angolais.

Mots-clés: Bantos - Angola. Langue et langues - Variation. Langue portugaise - Angola - Lexicologie.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Mapa de povos e línguas de Angola	23
Figura 1	Árvore genealógica das línguas khoisan	26
Mapa 2	Distribuição das línguas do grupo khoisan na África Austral	27
Mapa 3	Zonas e grupos linguísticos bantu	31
Tabela 1	Disposição dos angolanismos no DLPC	44
Tabela 2	Palavras de origem bantu distribuídas entre o sexo masculino e feminino	55
Tabela 3	Palavras de origem bantu na fala de pessoas escolarizadas e não escolarizadas	56
Tabela 4	Palavras de origem bantu distribuídas entre faixas etárias	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRA – Constituição da República de Angola

DLPC - Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea

LBSEE - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

LP – Língua Portuguesa

PA – Português Angolano

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PEN – Poets, Essayists and Novelists

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA	16
2.1	A LÍNGUA EM CONTEXTO SOCIOCULTURAL ANGOLANO	16
2.2	DISTRIBUIÇÃO ETNOLINGUÍSTICA DAS LÍNGUAS ANGOLANAS	22
2.3	AS LÍNGUAS BANTU	28
2.4	A LÍNGUA E A CULTURA EM CONTEXTO MULTICULTURAL	33
3	OS NEOLOGISMOS LEXICAIS NO PORTUGUÊS ANGOLANO	40
3.1	A VARIAÇÃO E A CRIATIVIDADE LEXICAL DO PORTUGUÊS ANGOLANO	40
3.2	OS EMPRÉSTIMOS E OS ESTRANGEIRISMOS NO PORTUGUÊS ANGOLANO	46
3.3	ASPECTOS LÉXICO-SEMÂNTICOS ORIUNDOS DAS LÍNGUAS AFRICANAS	50
4	METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS	53
4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	54
4.3	ANÁLISE DOS DADOS	55
5	CONCLUSÃO	59
	Referências	62

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país africano localizado na costa ocidental do continente, sendo limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste, pela Zâmbia, a sul, pela Namíbia, e a oeste encontra-se limitado pelo Oceano Atlântico. Política e administrativamente, o país é formado por 18 províncias (estados), 162 municípios e 559 comunas (INE, 2016). A sua língua oficial, o português, foi chegada ao território angolano com o advento da colonização portuguesa. No entanto, o espaço geográfico de Angola reúne diversas culturas e línguas, com destaque para a maior presença de grupos etnolinguísticos de matriz bantu.

Angola alcançou a independência em 1975 e estabeleceu, por meio da Constituição, políticas linguísticas que favoreceram o português e prejudicaram as línguas autóctones. O favorecimento se mostra pelo aumento considerável do número de falantes de português como língua materna ou como língua segunda, resultado do ensino e da obrigatoriedade do uso em instituições públicas. Considera-se que as línguas africanas foram prejudicadas porque se mantiveram nas zonas rurais e tenderam a diminuir o número de falantes, especialmente nas zonas urbanas e suburbanas.

As línguas autóctones são pouco incentivadas e há preconceito social. O estudo de Timbane e Vicente (2017) revela a necessidade urgente de adoção de políticas linguísticas e públicas que visem fomentar as línguas autóctones que são línguas da identidade dos povos. Essas línguas não podem morrer nem desaparecer. De acordo com Timbane e Vicente, as políticas públicas e linguísticas quando forem implementadas de baixo para cima, a língua local vai provar a autenticidade das fontes e possibilitar uma sólida iniciação ao ensino da linguística (TIMBANE; VICENTE, 2017, p.119).

A presente pesquisa versa sobre os povos do grupo bantu. Mas achamos fundamental trazer os contextos dos povos das línguas khoi e san para que o leitor possa compreender, de forma geral, a situação sociolinguística de Angola. Os povos khoi e san são pouco estudados e pensamos desenvolver estudos mais aprofundados sobre as línguas dos grupos khoisan que, ao nosso ver, estão em vias

de extinção devido às políticas linguísticas angolanas que pouco reforçam a manutenção deste povo.

O ponto fulcral desta pesquisa é a língua portuguesa cujo ensino vai mal devido ao distanciamento entre a variedade da escola e a variedade falada no contexto local. Questionada sobre o ensino de português em Angola, Miguel (2017, p.17) afirma que

Não era suposto que, após doze anos de escolaridade de Português e num ensino em Português, os estudantes apresentassem as debilidades linguísticas que apresentam. Hoje, a maior parte das instituições de ensino universitário reconhece estas debilidades nos estudantes que ingressam nos seus cursos, por isso, muitas delas estão a incluir nos seus currícula a disciplina de Língua Portuguesa.

Essa dificuldade resulta de uma soma de debilidades que não importa aqui apresentar. Mas vale citar uma, que é a mais crucial: a confusão que a educação faz entre ensinar português e ensinar gramática. Segundo Miguel (2017), o professor de língua deve conscientizar-se de que ensinar Português não é sinónimo de ensinar gramática, esta concepção de ensino da língua tem de mudar, se quisermos ter um ensino produtivo e motivador. A aprendizagem deve estar focada no uso dinâmico da língua, centralizando o ensino na produção linguística em todas as suas vertentes, e não somente na gramática (MIGUEL, 2017).

É nessa perspectiva que se deve pensar no português angolano, nas peculiaridades da variedade angolana do português. O português angolano tem léxico, morfologia, semântica, pragmática e sintaxe próprias. É nisso que devemos pensar, estudar e sistematizar por forma a que se possam produzir materiais do tipo gramática e dicionário que realmente atendam a realidade local.

Por essa razão, a presente monografia, que se intitula “*A influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico do português angolano*”, objetiva apresentar uma análise da influência das línguas africanas do grupo bantu na constituição do léxico do português de Angola.

Os estudos linguísticos mostram que o léxico de uma língua natural e em uso é sempre dinâmico e renovável. Nesta perspectiva, a obra de Alves (2004) destaca que os falantes criam novas palavras através de um processo denominado neologia, enquanto o resultado desse processo denomina-se neologismo. Ademais, a autora aponta que as novas palavras podem ser formadas através de processos da

produtividade lexical (a derivação e a composição) ou por elementos provenientes de outras línguas (os empréstimos/estrangeirismos).

Ao processo de criação lexical dá-se o nome de neologia. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado neologismo. O neologismo pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas linguísticos. Na língua portuguesa, os dois recursos têm sido amplamente empregados, diacrônica e sincronicamente (ALVES, p. 2004, p.5).

O mesmo ocorre no português angolano, que utiliza processos que permitem a formação de neologismos com elementos da própria língua e processos de ampliação lexical por meio da adoção e adaptação de termos oriundos de outras línguas (o empréstimo/estrangeirismo). No presente estudo, interessa-nos principalmente os empréstimos decorrentes do contato entre a língua portuguesa e as línguas bantu faladas em Angola.

A pesquisa utiliza alguns termos específicos da linguística e que precisam ser aclarados para não suscitar dúvidas ao leitor. Utilizamos línguas bantu angolanas e línguas khoisan angolanas para designar as línguas dessas comunidades em Angola, pois algumas das línguas dos grupos mencionados são faladas em outros países africanos. Há falantes de khoisan em Angola, na Namíbia e Zâmbia. Para um bom entendimento desta questão, Undolo (2014, p. 78) cita como exemplo as línguas “Kwanyama (que também é uma das línguas na Namíbia) e o Kikongo (que também é uma das línguas no Congo Democrático)”. Em sentido similar, Zau (2011) realça o caráter transnacional de algumas comunidades bantu e aponta que as línguas tchokwe e luchazi são faladas em Angola, na República Democrática do Congo e na Zâmbia.

Em respeito a etimologia da palavra, empregamos a forma *bantu* em detrimento de os *bantus*, pois a palavra bantu significa “as pessoas” em português, sendo que o prefixo *ba* carrega a marca do plural (s) na língua portuguesa, o *mu* corresponde ao singular e o *-ntu* funciona como a base e significa “pessoa”. As formas *banto*, *banta*, *bantos* ou *bantas* acabam por carregar dupla flexão em português e ferem o sentido original da palavra. Dessa forma, deve-se utilizar *bantu* para o plural e *mntu* para o singular (MUDIAMBO, 2013).

O termo bantu pode designar tanto o grupo de línguas pertencentes à subfamília Níger-kongo, da família Kongo-Kordofaniana, quanto o conjunto de

populações da África subequatorial que falam as línguas desta família, a despeito de pertencerem a grupos étnicos bastante heterogêneos. Cabe destacar que os povos Bochimanes e os Hotentotes são povos da África subequatorial, mas não integram os povos bantu (MUDIAMBO, 2013). Em Angola, por exemplo, bantu designa as línguas e os grupos de origem bantu e cada povo possui a sua própria língua, razão pela qual são denominados grupos etnolinguísticos.

Para esta pesquisa, define-se como *línguas nacionais* aquelas faladas no território angolano e que carregam uma identidade e reconhecimento da política linguística como língua do povo angolano. As línguas dos povos khoi e san, do grupo bantu, o português e a língua gestual angolana são todas línguas nacionais. São línguas nacionais porque são faladas como línguas maternas dos povos de Angola. A Constituição da República de Angola (2010), em seu artigo 19º, atribui a nacionalidade à língua portuguesa. O que temos a dizer é que o português é uma língua nacional de origem europeia, enquanto as restantes são de origem africana. De salientar que as línguas do grupo bantu não surgiram no território geopolítico designado Angola. Elas vieram, tal como aconteceu com o português, em decorrência de um processo histórico.

O estudo foi realizado na província de Luanda: a pesquisa empírica analisou o léxico da variedade angolana do português a partir do vocabulário de informantes (dos sexos masculino e feminino, jovens, adultos e idosos, escolarizados e não escolarizados) residentes na capital do país.

Estruturamos a nossa pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo, faremos a contextualização da situação sociolinguística de Angola, enfatizando a heterogeneidade linguística e cultural do país. No segundo capítulo, trataremos dos neologismos lexicais no português angolano, analisando a variabilidade léxico-semântica desta variedade e apresentando os significados que os angolanismos carregam. No terceiro capítulo, será apresentada a metodologia utilizada para a construção da pesquisa e obtenção dos dados, bem como a análise e discussão dos resultados alcançados com as entrevistas realizadas. Por fim, apresentamos a conclusão e as referências utilizadas na elaboração desta monografia. Terminamos esta introdução afirmando que o português angolano existe e está presente no cotidiano dos angolanos. Já existem estudos que a descrevem nas suas diversas

vertentes: Undolo (2014), Balsalobre (2017), Miguel (2014), Cambuta (2014), Santana e Timbane (2021), Timbane, Sassuco e Undolo (2021), entre outros.

2 SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

No presente capítulo, abordaremos acerca da língua em contexto sociocultural angolano, enfatizando o panorama linguístico do país. Para tanto, faz-se necessário, ainda que de uma forma genérica, uma abordagem a respeito da situação linguística africana, pois Angola é um dos 54 países que formam o continente africano.

2.1 A LÍNGUA EM CONTEXTO SOCIOCULTURAL ANGOLANO

A África apresenta uma enorme diversidade linguística, sendo que as línguas do continente se encontram distribuídas em quatro grandes grupos: nigero-congolês, afro-asiático, nilo-saariano e khoisan, segundo Greenberg (1963). Salienta-se que existe as línguas do grupo *vátua* que ainda não tiveram a classificação e exigem estudos para a sua descrição, análise a classificação. Ressalte-se, ainda, que cada um desses grandes grupos de línguas possui também as respectivas subfamílias. Entretanto, estima-se que os grupos de línguas africanas possam ser ainda maiores, visto que são apontadas falhas ao método investigativo que reduziu as línguas do continente em quatro grupos.

Nesse sentido, Olderogge (2010) afirma que a classificação proposta por Greenberg, apoiada no método "*mass comparison*", considera traços fundamentais do sistema gramatical e se baseia mormente no léxico. Através da aplicação desse método, Greenberg reconheceu as famílias linguísticas do continente, identificando 16 famílias em 1954, sendo que mais tarde esse número foi reduzido para 12. Em 1963, o número de famílias linguísticas identificadas pelo norte-americano registrou uma considerável queda, descendo para apenas quatro. De acordo com Olderogge (2010), uma queda tão acelerada no número de famílias linguísticas mostra que houve precipitação em elaborar uma classificação e, ademais, que o método utilizado não é suficientemente consistente.

Menezes (2013) garante que, em África, independentemente do tamanho do país e do número da população, todos os países são plurilíngues e pluriculturais, quadro decorrente dos fatores sócio-históricos próprios de cada país. Angola, à semelhança do que ocorre por todo o continente africano, é um país plurilíngue e

pluricultural. Nessa lógica, Miguel (2014) afirma que a situação linguística do país é marcada por uma enorme diversidade, cenário igualmente verificado na maioria dos países africanos.

Numa abordagem sobre a situação linguística angolana, Undolo (2014) enfatiza que Angola é um país caracterizado por uma grande heterogeneidade linguística, sendo que cada uma das línguas locais reúne um conjunto de variedades e dialetos. Dessa forma, a língua portuguesa (doravante LP) em Angola coexiste com várias línguas autóctones e que estas estão relacionadas as etnias e culturas. De notar que a língua se liga às culturas e que ela é um potencial propagador das regras de ser e de estar em sociedade.

A abordagem da situação linguística angolana demanda uma dissertação acerca do contato de línguas, uma vez que diversos idiomas interagem no espaço geográfico angolano e revelam os processos de contato linguístico que são comuns em contextos multilíngues. Segundo Miguel, “o contato entre línguas ocorre sempre numa situação em que uma sociedade ou um indivíduo utiliza, consoante as circunstâncias, dois ou mais registros linguísticos.” (MIGUEL, 2014, p.33). Esse contato particulariza as línguas e variedades, o que transforma essas línguas próprias de um lugar geográfico. O português angolano, que é objeto do nosso estudo, revela certas particularidades sociolinguísticas resultantes do contato entre línguas e povos.

Ao dissertar acerca do contato entre línguas, Zau (2011) considera que, do ponto de vista sociolinguístico, o contato pode ser visto como um fenômeno positivo ou negativo, mas favorável à diversidade linguística. Para o autor, a expressão “diversidade linguística”, habitualmente presente em discussões acerca da língua em contexto angolano, serve para designar os contextos em que falantes de diferentes línguas coabitam no mesmo espaço, independentemente de se tratar de uma situação efêmera ou estabelecida. Com isso, percebe-se que o multilinguismo é um dos fenômenos sociolinguísticos decorrentes da diversidade linguística, pois este ocorre em sociedades caracteristicamente heterogêneas e em situações nas quais os falantes utilizam várias línguas ao mesmo tempo. Angola é, com efeito, uma sociedade plurilíngue.

Em geral, os estudos acerca do panorama linguístico estabelecem uma classificação linguística que aloca línguas angolanas de origem africana e línguas de

origem europeia. No primeiro grupo, aparecem elencadas as línguas bantu, khoisan e vátua. Do outro lado, aparece o inglês, o francês, o espanhol e o português, esta última é chamada “língua angolana de origem europeia”. Assim, a situação sociolinguística de Angola apresenta o seguinte quadro histórico

A história dos territórios africanos que viveram várias centenas de anos sob a dominação colonial sugere distinguir pelo menos dois grandes grupos de línguas: línguas de origem africana e línguas de origem europeia. No primeiro grupo, incluímos as diversas línguas autóctones faladas pelas populações africanas antes e depois da invasão europeia, ao passo que no segundo, integramos as línguas de origem não africana, esmagadoramente europeias, sendo introduzidas no âmbito da expansão europeia, pelas potências coloniais, que do século XV a XIX disputaram e fragmentaram o continente, a luz dos seus interesses econômicos (ZAU, 2011, p. 49).

A designação “línguas angolanas” de origem africana faz referência às línguas autóctones existentes em Angola antes da colonização, uma vez que, antes da chegada dos portugueses, o território da atual Angola já era marcado pelo multilinguismo, fenómeno verificado igualmente no período colonial e pós-colonial, apesar de uma política de glotocídio em torno das línguas autóctones durante todo o período da colonização portuguesa. O Decreto-Lei nº 39666/1954, de 20 de maio, é um exemplo dessa política de glotocídio.

As línguas angolanas de origem africana são divididas em três grupos: línguas bantu, línguas khoisan e línguas vátuas. Para Undolo (2014, p.35), as línguas khoisan são “faladas por povos de origem não bantu”, enquanto as línguas bantu constituem um conjunto de línguas da subfamília Níger-Kongo, da família Kongo-Kordofaniana. Para o autor, bantu indica todas as línguas faladas desde o Sul dos Camarões até a África do Sul, as quais possuem semelhanças gramaticais, isto é, fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais. Somos de opinião que, antes da chegada dos povos bantu a África Austral, já existiam línguas e povos khoisan neste território, tal como sustenta a pesquisa de Olderogge (2010).

A LP, por seu turno, é uma língua angolana de origem europeia que chegou ao país com o advento da colonização portuguesa em África. Assim, ao contrário do que ocorre com as línguas nativas angolanas, o português faz parte das línguas românicas, tendo surgido na Península Ibérica e de lá se difundiu para outros espaços, chegando ao território de Angola no século XV, conforme Mudiambo (2013).

A LP foi imposta pelo colonizador e tornou-se, ao longo do tempo, uma ferramenta essencial de assimilação (aportuguesamento) dos povos nativos, dado que o seu aprendizado era indispensável para que o cidadão colonizado fosse considerado “civilizado”. Ela nasce de uma imposição histórica que encontrou terreno fértil para se desenvolver e tornar-se a língua oficial e de prestígio (MUDIAMBO, 2013). Para isso, contribuiu o fato de os colonizadores desvalorizarem substancialmente as línguas autóctones angolanas, consideradas dialetos¹, e a elevação do português como língua de “civilizados”. Dessa forma, os colonos portugueses impuseram a LP como meio de instrução e a transformaram num fator nevrálgico de ascensão social. A respeito disso, Undolo (2014) afirma que o ensino levado a cabo pela administração colonial era ministrado em português e todas as línguas autóctones eram coibidas como meio de ensino, o que foi determinante para a assimilação cultural da população aborígine.

Após ter alcançado a independência no ano de 1975, Angola, como os outros países africanos colonizados por Portugal, adotou a LP para a utilização nas atividades oficiais do país, decisão que demonstra a intenção dos dirigentes políticos da nação recém independente. Os legisladores da Constituição da República Popular de Angola (1975) justificaram a oficialização do português pela enorme diversidade linguística existente no país, pelo que coube à LP a função de “unidade nacional”.

No tocante a política linguística em Angola no período pós independência, a opção linguística foi, desde a independência, transformar a LP em instrumento de unidade nacional, impondo-a como obrigatória nos sectores mais atuantes: no sistema educativo (como veículo de transmissão e como matéria de ensino), na informação, no sistema judicial e jurídico, na administração pública em geral (MIGUEL, 2014, p. 17).

Ou seja, a LP foi adotada em razão da enorme diversidade linguística de Angola, de modo a unir povos linguisticamente distintos. Entretanto, Miguel (2014) observa que o argumento para a escolha da LP como única língua oficial situava-se no âmbito político, e não no linguístico. Ao nosso ver, a unidade de uma nação não é feita unicamente por meio da língua. Se assim fosse, a diversidade sociolinguística

¹ A noção de dialeto usada pelo colonizador não se situava no domínio da linguística, isto é, dialeto não era utilizado para designar a variedade regional da fala de uma língua. Era, porém, utilizado para fazer referência a uma pretensa língua inferior, primitiva ou atrasada. Dessa forma, as línguas autóctones foram subalternizadas e desqualificadas pelos colonizadores.

africana não permitiria que houvesse 54 países, então seriam mais de duas mil nações, por existir mais de duas mil línguas em toda África. Fica clara a ideia de que a escolha é apenas de cunho político.

Por conseguinte, apesar da grande heterogeneidade linguística existente no país, o português é a única língua oficial, reconhecida pela Constituição da República de Angola (2010) em seu Art. 19º, doravante CRA, estabelecendo que: “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”. A LP é utilizada nas diversas atividades do Estado angolano. É a língua mais nacional porque é falada um pouco pelo país como segunda ou terceira língua. É uma língua nacional porque é língua materna de muitos angolanos, especialmente nas áreas urbanas onde 85% de angolanos a falam como L1 (INE, 2016).

A LP sempre gozou de um estatuto privilegiado em Angola e diversas foram as ações portuguesas que visavam o domínio deste idioma e a proibição às línguas locais, com destaque para o Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954 (estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique), lei que visava a assimilação dos povos dessas três nações na cultura e valores de Portugal. Fato é que, mesmo no período da implementação e vigência desse decreto, a LP em Angola sempre coabitou com as línguas locais, adquirindo características próprias em função desse contato.

Dessa forma, não podemos pensar na LP falada em Angola de igual modo que o português europeu (doravante PE). Assim, nos últimos anos, os linguistas discutem a existência da variedade angolana do português, apresentando construções gramaticais próprias resultantes desse contato linguístico. O português de Angola (doravante PA) obedece ao sistema linguístico, mas apresenta variantes e variedades que particularizam e caracterizam o contato permanente entre o português e as diversas línguas africanas faladas no país.

Por essa razão, nos últimos anos, alguns estudos realizados atestam a existência da variedade angolana do português, estabelecendo tentativas de estudos sistemáticos sobre o PA. Tais estudos, como o de Mingas (2000), Inverno (2008), Zau (2011), Miguel (2014), Sassuco (2016), Balsalobre (2017), Bernardo (2017), Timbane, Santana e Afonso (2019), entre outros, constituem produções que

se propõem a descrever o PA, indicando características fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, semânticas, específicas desta variedade do português, diferenciando-a de outras, mormente a do PE, que, desde os anos de implementação do português em Angola, até os dias atuais, serve de norma padrão para a variedade falada no país, conforme atestam Timbane, Santana e Afonso (2019).

Timbane, Santana e Afonso (2019, p. 111) afirmam que “o português angolano (PA) é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas angolanas faladas naquele espaço geográfico”. Para Mudiambo (2013), a LP foi transformada pelos países africanos de língua oficial portuguesa (doravante PALOP), quer na oralidade, quer na escrita, expressando as realidades típicas de cada país. Assim sendo, ela passou a pertencer a todos os países que a utilizam, deixando de ser patrimônio exclusivo de Portugal. Nessa perspectiva, o autor (2013) salienta que, ao longo do tempo, a LP falada nos PALOP adquiriu características peculiares, motivo pelo qual encontramos diversas variedades do português na atualidade: angolana, moçambicana, cabo-verdiana, entre outras.

Apesar dos papéis atribuídos à LP em Angola (língua oficial, língua veicular, língua de ensino, entre outros), as línguas autóctones angolanas funcionam como veículos da cultura e línguas de identidade nacional, refletindo a heterogeneidade etnolinguística do país, pois são faladas pelos diferentes povos espalhados pelo território angolano. Assim, elas estão ligadas à identidade étnica dos grupos que as falam.

À vista disso, além da oficialização das línguas nativas, é essencial que as políticas linguísticas em Angola promovam o ensino bilingue, de forma a garantir a igualdade de direitos linguísticos, promover a diversidade linguística como patrimônio cultural intangível e dirimir a defasagem existente entre o ensino de LP e a realidade sociolinguística do país. A adoção do ensino bilíngue constituiria um passo considerável no estabelecimento de uma política linguística que propicie à elevação das línguas autóctones ao mesmo patamar da LP, mediante a implementação de um modelo de ensino habilitado para fazer com que cada angolano utilize o português e a sua língua materna de acordo à situação de fala. Portanto, é de extrema importância que Angola valorize a diversidade linguística que

caracteriza o país, pois ela está ligada a identidade etnolinguística do falante, além de propiciar o seu desenvolvimento intelectual.

2.2 DISTRIBUIÇÃO ETNOLINGUÍSTICA DAS LÍNGUAS ANGOLANAS

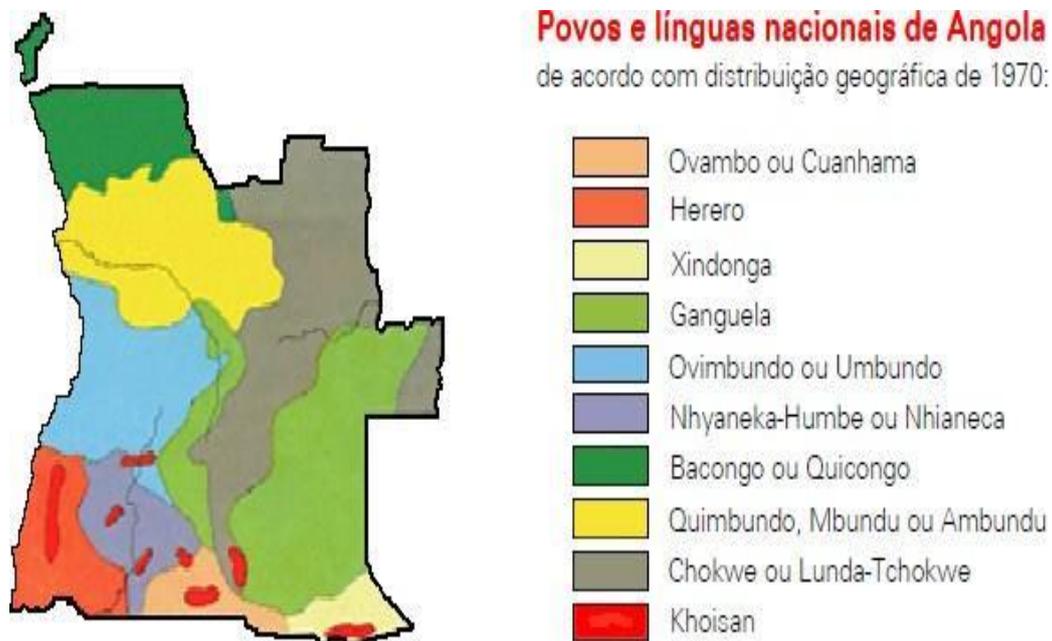
Nesta subsecção, aborda-se à disposição etnolinguística das línguas angolanas com a apresentação ilustrativa feita por meio de mapa que localiza de forma geral os povos e as línguas, porquanto às línguas autóctones angolanas estão ligadas aos diferentes grupos étnicos distribuídos ao longo do seu amplo território. Para tal, servimo-nos dos conceitos de grupo étnico e de etnia.

Luvizotto (2009, p. 31), apoiada em Barth (1998), define grupo étnico como “uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla”. Para a autora, a identidade étnica serve para determinar as fronteiras do grupo e fortalecer o sentimento de identificação em relação aos outros membros.

Numa abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, Munanga (2004, p. 12) conceitua etnia como o “conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. O autor enfatiza que esse conceito possui um conteúdo sócio-cultural, histórico e psicológico.

Mudiambo (2013) frisa que Angola apresenta uma composição etnolinguística e cultural constituída majoritariamente pelos povos e línguas do grupo bantu: bakongo, com a língua kikongo, ambundu ou akwambundu, com a língua kimbundu, ovimbundu, com a língua umbundu, lunda-cokwe com a língua cokwe, ngangela, nyaneka-humbe ou nkhumbi com a língua lunyaneka e lukhumbi, ovambo com a língua kwanyama, helelo ou herero, com a língua tjihelelo. Por conseguinte, o espaço geográfico angolano reúne diversos grupos étnicos e línguas, como se pode ver no mapa a seguir:

Mapa 1 - Mapa de povos e línguas de Angola



Fonte: Matias (2017, p. 18).

Uma vez que os estudos sobre os diferentes grupos étnicos ainda estão sendo desenvolvidos, é difícil afirmar com exatidão quantos grupos existem no país. O mapa extraído de Matias (2017) demonstra apenas os grupos mais expressivos numericamente em Angola.

Além dos povos e línguas do grupo bantu, o país conta com uma pequena parcela de povos nativos pertencentes a outros grupos etnolinguísticos, dentre os quais se destaca os khoisan (!kung ou bosquímanes), grupo que tem a caça como profissão e que possui uma cultura peculiar (MUDIAMBO, 2013). Analogamente, Rendinha (1974) disserta acerca da origem do povo angolano e afirma que este é formado por povos bantu, não bantu (khoisan e vátuas) e europeus. Por consequência, Angola é uma nação multiétnica e multilíngue, reunindo grupos etnolinguísticos bantu, khoisan, vátua e pequenas comunidades e línguas indo-europeias (francês, espanhol, português, inglês, entre outras) Nesta ordem de ideias, vale evidenciar que os povos não bantu, especificamente os khoisan (bosquímanes ou !kung), foram os primeiros habitantes do território da atual República de Angola.

KHOISAN. BOSQUÍMANES OU KUNG: são os verdadeiros nativos, de origem de Angola que foram empurrados pelas invasões bantu. Em finais do século XIX, alguns milhares de Bosquímanes dispersaram-se pela parte Sul de Angola e pelo deserto do Kalahári, na Namíbia. São nómadas e vivem da caça. A sua organização tem como base a família nuclear que raramente ultrapassa vinte pessoas (MUDIAMBO, 2013, p. 23, grifo do autor).

Com isso, a despeito de o território angolano registrar maior presença de povos de matriz bantu, eles não são os únicos ali presentes e não foram os primeiros habitantes, uma vez que os khoisan, também conhecidos como bosquímanos ou !kung, já lá habitavam antes da chegada dos bantu (ALMEIDA, 2013). Assim sendo, a distribuição etnolinguística do país conta com povos bantu e khoisan, sendo que as línguas locais línguas estão ligadas a esses grupos e ocorre, na maioria dos casos, uma correspondência entre as designações atribuídas às línguas e a designação de uma etnia ou povo.

Relativamente às línguas dos khoisan em Angola, é de referir que existem poucas descrições a respeito delas, situação que resulta na escassez de estudos que indicam com precisão as línguas faladas por esse grupo. Em geral, as línguas deste povo são designadas de forma genérica como línguas “não bantu” nos trabalhos que abordam a respeito da situação sociolinguística angolana. Por essa razão, abordaremos, de maneira resumida, as línguas faladas pelos khoisan em Angola.

Devido ao preconceito e o fraco conhecimento sobre a vida e cultura desses povos, os povos khoi - san recebem nomes pejorativos por parte dos bantu. Sendo assim, esses grupos são conhecidos como: “ova-kwangala, mukuassekele, camussequele, tuzala-majimo, ova-kwankala, cacuengos, vakwengo, ovassekele, ovakedes, kazama. os !kung chamam aos ovawambo de !kai, significa negro e !nany a todos povos negro” (PEDRO; MUSSINI, 2021, p.170).

A palavra khoisan foi proposta, conforme Olderogge (2010, p. 307), por J. Shapera e resulta da associação de duas palavras: “khoi-khoi (khoi), que significa “homem”, e *san*, cuja raiz *sa* significa “acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra ou ainda capturar pequenos animais”. Para o autor, as línguas do grupo khoisan caracterizam-se pela presença de consoantes cliques com valor fonêmico. A despeito da existência de certa uniformidade no uso de cliques, as línguas khoisan diferem consideravelmente entre si em aspectos morfológicos, sintáticos e lexicais, de acordo com Traill (2016). Segundo Pedro e Mussini (2021, p.175)

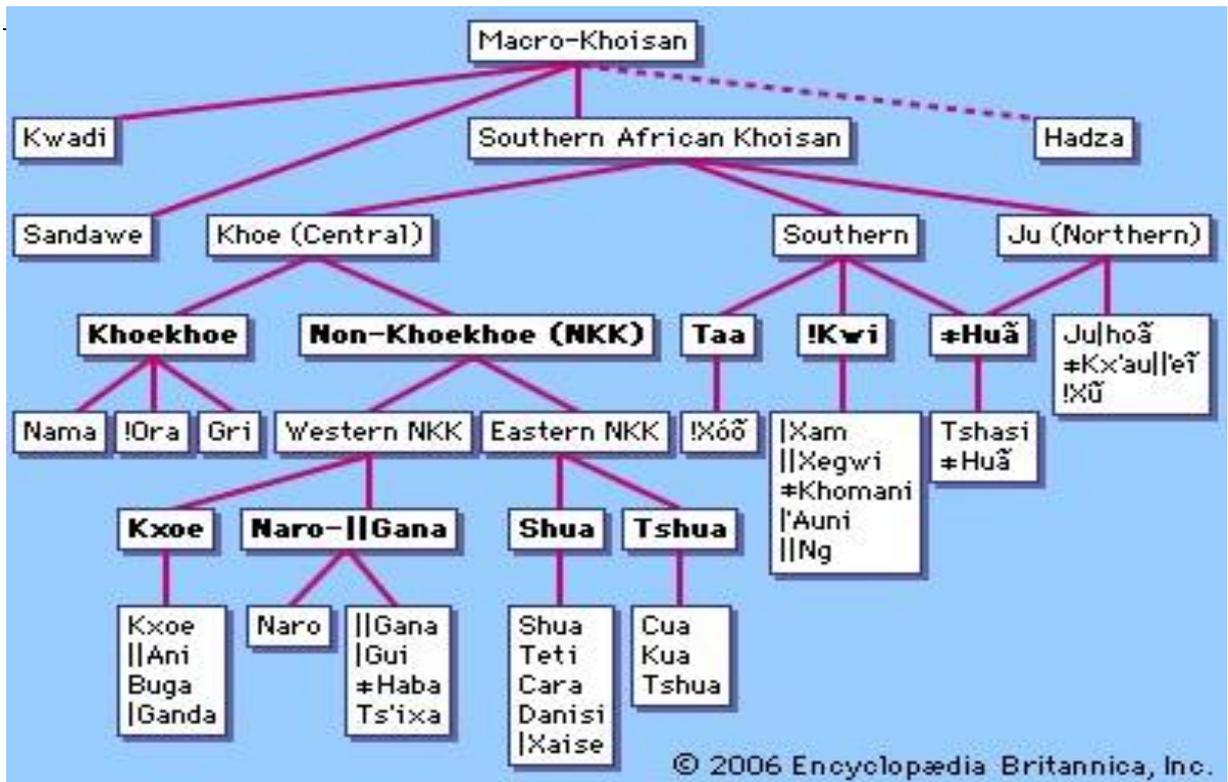
as línguas dos Khoisan apresentam uma característica monossilábica (Fituni, 1985, p.47) e o uso de cliques ou estalinhos. Uma palavra é parecida a outra na composição de consoantes, vogais e cliques, mas muda de significado segundo o tom com que são pronunciadas as diversas sílabas, ou seja, algumas palavras começam num tom alto, médio ou baixo e terminam igualmente em tons altos, médios ou baixos.

Para Petter (2015), as línguas khoisan constituem o menor entre os 4 grandes grupos linguísticos do continente africano. Elas já existiram em grande número no passado, mas nos dias atuais existem apenas 24 línguas khoisan, sendo faladas majoritariamente no Botswana e na Namíbia. Além desses países, a autora refere que elas são faladas no sul de Angola e da Zâmbia, oeste do Zimbabué e norte da África do Sul.

Na Angola contemporânea, os khoisan encontram-se circunscritos à parte sul do país e vivem em núcleos bastante pequenos, de acordo com Zau (2011). Ele refere que os Khoisan, juntamente com os vátua, são apontados como os primeiros habitantes do território angolano, razão pela qual são genericamente designados por povos não-bantu ou pré-bantu.

Entre as línguas faladas pelos khoisan em Angola, Zau (2011) destaca duas: kankala (bosquímano) e vakankala (hotentote), tendo como variantes kankala (bosquímano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala. Para o autor, o território angolano conta, para além dos grupos bantu e khoisan, com a presença dos vátua, grupo que fala as línguas kwisi e kwepe. Ressalta-se que estas últimas são faladas por populações com os nomes semelhantes aos das línguas. Fazem ainda parte das línguas khoisan “o kamusekele, o kazama, o kede, o kuissi e o kwepe e têm como “habitat”, as províncias de Kwandu-Kubangu e Cunene” (CAMBUTA, 2014, p. 22). A figura a seguir mostra a árvore genealógica das línguas do grupo khoisan:

Figura 1 - Árvore genealógica das línguas khoisan

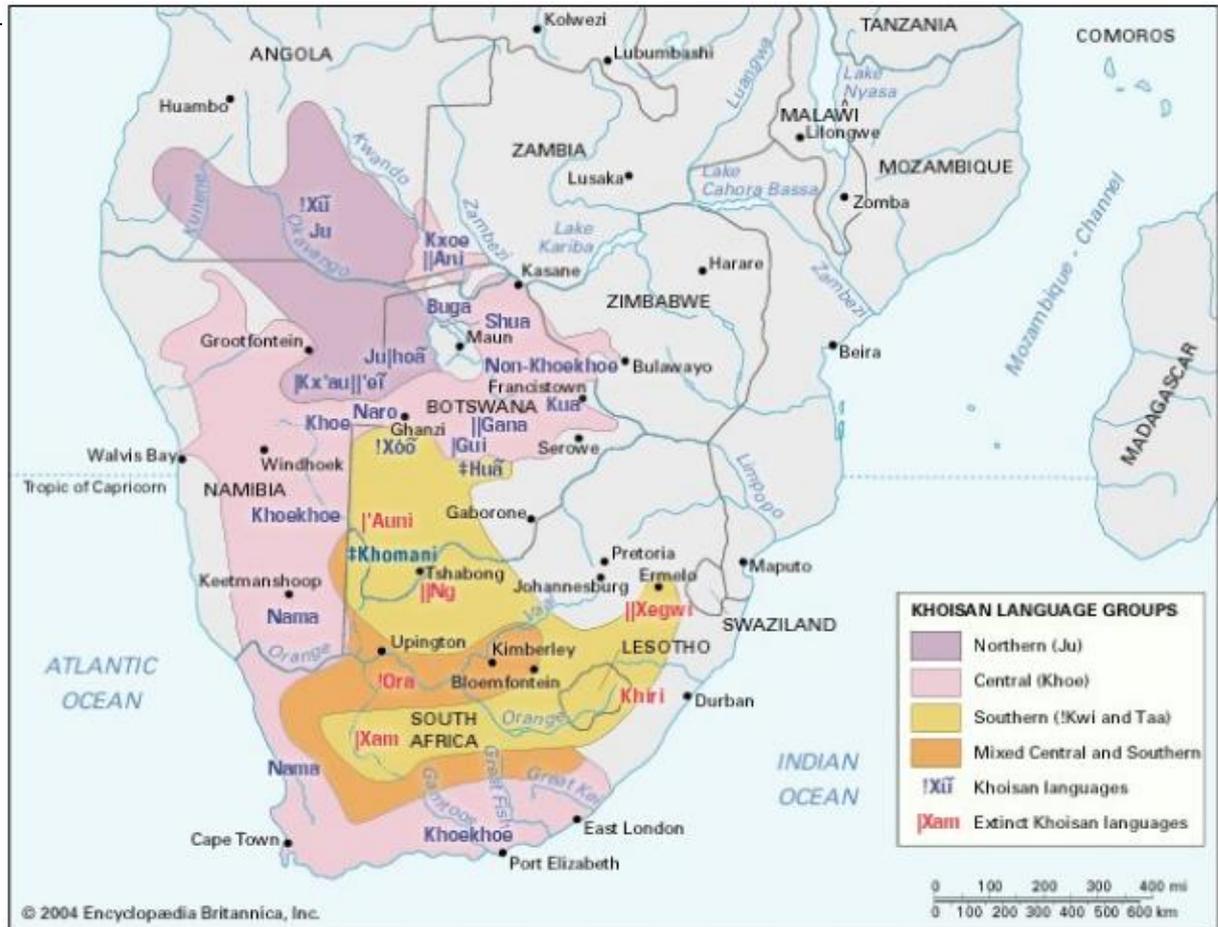


Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc. (2016, s. p.)

Com base na árvore genealógica, infere-se que o macro-khoisan seja o ancestral comum hipotético das línguas khoisan. Neste prisma, as línguas do grupo khoisan são habitualmente divididas em três grupos distintos: Norte, Central e Sulista. Segundo Anthony Traill (2016), o sandawe, língua da tanzânia, estabelece uma relação não próxima com o grupo central, enquanto o kwadi, língua extinta da província do Namibe (Angola), parece possuir relações distantes com o grupo khoe.

o autor refere também que, numa subdivisão mais elaborada, as denominações geográficas são substituídas por nomes para “pessoa” em cada grupo principal de línguas, sendo que ju substituirá o norte, khoe substitui central e !kwi e taa se estendem para sul.

Mapa 2 - Distribuição das línguas do grupo khoisan na África Austral



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc. (2016, s.p.)

o mapa acima ilustrado apresenta a distribuição das línguas do grupo khoisan na África austral e, com base nele, observa-se que o território angolano acolhe as línguas do grupo norte, isto é, os grupos !xu e ju. as línguas desses grupos são faladas por povos que habitam a região sul e são consideradas minoritárias no país, havendo pouco ou nenhum esmero por parte do estado angolano para preservá-las e integrá-las na sociedade.

De acordo com Kondja (2021), as línguas khoisan angolanas localizam-se nas províncias da Huíla (no município de Quipungo, localidades de Mupalala, Kachila-Ompo, Derruba-Sêndi e Mupembati), Cunene (municípios de Namacunde, Cuanhama, Cuvelai e Ombadja, especificamente nas localidades/comunidades de Okafima, Omalyata, Okafunuka, Okapungu, Oshana-Nandjili, Onelombo, Chivemba, Onghuti, Okatope, Ohongo, Omulola, Odayandema, Oshimolo, Okafunuka, Omanhenge-Okayolwa, Oshana-Nalama e Omwoongo-Omulembe) e Cuando Cubango (nos municípios do Cuito Cuanavale, Nancova, Menongue, Mavinga,

Rivungo, Dirico, Calai e Cuangar, especificamente nas localidades de Jamba-Cueio, Wefo, Buabuat, Urondo, Ntopa, Cafita, Inkama e Mucundi, Mbundu, Tchatwika, Waiombwa, Cuatir, Tandawe, Mangondo, Mavu, Chimanha, Ngongoma, Cafuma, Mpandato, Bondo, Kkene, Cambinda e Alto-kakene).

Não obstante o estatuto sociopolítico desigual entre as línguas, a grande diversidade linguística é uma realidade em Angola, o que reforça a necessidade da adoção de políticas linguísticas que preservem o plurilinguismo e atribuam às línguas locais, assim como acontece com o português, funções utilitárias como o uso na escolarização, na mídia, nos documentos oficiais e na esfera político-econômica do país.

2.3 AS LÍNGUAS BANTU

Em razão de a maioria das línguas em Angola pertencer ao grupo bantu, da relevância que os bantu desempenham na composição da atual população em Angola, bem como pelo fato de a presente pesquisa cingir-se à análise da influência das línguas desse grupo no português angolano, interessa-nos fazer uma abordagem mais detalhada acerca deste grupo entnolinguístico.

Segundo Santiago (2013), os primeiros trabalhos acerca das línguas bantu tiveram início no século XIX com os estudos de W.H.I. Bleek, considerado o pioneiro e fundador do estudo comparativo das línguas bantu. Bleek foi o primeiro a utilizar o termo bantu em sentido linguístico (na obra “Comparative Grammar of South African Languages”, publicada em 1862-1869) e o primeiro a reconhecer a relação das línguas bantu com a família níger-congo e congo-kordofaniana. A autora aponta que, ao longo dos anos, vários estudiosos contribuíram na edificação da bantuística, mas os pioneiros nos estudos das línguas do grupo bantu são: W.H.I. Bleek (1827-1875), Carl Meinhof (1857-1944), Malcon Guthrie (1903- 1972), Achille E. Meeussen (1912-1978) e Joseph Greenberg (1963).

De acordo com os estudos linguísticos, o continente africano conta com a presença de um elevado número de línguas, entre as quais encontramos as línguas do grupo bantu. Para Greenberg (1963), numa proposta de classificação genealógica, África apresenta quatro grandes famílias de línguas, sendo que cada uma delas possui também as respectivas subfamílias:

1 – A família afro-asiática contempla as línguas que se encontram ao mesmo tempo entre a África e a Ásia, integrando as seguintes subfamílias: as línguas berberes do Norte de África, as cushitas da Etiópia e da Somália e ainda as semitas, abrangendo o hebreu, o árabe e o aramaico;

2 – A família nilo-Sahariana abarca as línguas que se encontram ao redor do rio Nilo e do deserto do Saara, com as seguintes subfamílias: sudanês, sahariano, songhai, fur, chari-nilo e koman);

3 – A família congo-kordofaniana contempla as subfamílias: níger-congo e kordofaniana. A subfamília níger-congo inclui numerosos grupos predominantes no sul do Sahara, de que destacamos os bantu.

4 – A família khoisan compreende as línguas que se estendem ao sul de África, integrando as subfamílias: khoi, san, sandawe, iraqw, hatsa ou hadza. fazem parte da família khoisan as línguas dos pigmeus da floresta tropical do Congo Democrático e línguas faladas com cliques pelos povos kung, comumente conhecidos, em Angola, como hotentotes, bosquímanes ou como mukankala.

Conforme a classificação de Greenberg (1963), as línguas bantu pertencem à subfamília Níger-kongo, da família kongo- kordofaniana. As línguas bantu denominam todas as línguas faladas do Sul dos Camarões até à África do Sul. Elas são caracterizadas, principalmente, por possuírem semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais. Por essa razão, bantu não designa uma família linguística, mas um grupo de línguas que possuem semelhanças gramaticais e geograficamente definidas.

Guthrie (1967) determinou geograficamente as línguas bantu, dividindo-as em 16 zonas (A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S) e 78 grupos linguísticos. Nesse sentido, Santiago (2013, p. 41) afirma que “as centenas de línguas bantu se repartem em 16 zonas tipológicas (incluindo a zona J refeita posteriormente pelo Museu Real de Tervuren/Bélgica)”, sendo divididas em grupos:

Zona A (9 grupos): Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo-Brazzavile;

Zona B (8 grupos): Gabão, Congo-Brazzavile, Congo Kinshasa;

Zona C (9 grupos): Congo-Brazzavile, Congo Kinshasa;

Zona D (6 grupos): Congo Kinshasa;

Zona E (7 grupos): Quênia, Tanzânia;

Zona F (3 grupos): Tanzânia;

Zona G (6 grupos): Tanzânia, Quênia, Somália, Comoros;

Zona H (4 grupos): Congo-Brazzavile, Congo Kinshasa, Angola;

Zona J (6 grupos): Congo Kinshasa, Ruanda, Burundi, Uganda, Quênia, Tanzânia;

Zona K (5 grupos): Congo Kinshasa, Angola, Zâmbia, Namíbia;

Zona L (6 grupos): Congo Kinshasa, Zâmbia;

Zona M (6 grupos): Congo Kinshasa, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia;

Zona N (4 grupos): Zâmbia, Botsuana, Moçambique, Malauí, Tanzânia;

Zona P (3 grupos): Tanzânia, Moçambique, Malauí;

Zona R (4 grupos): Angola, Namíbia, Botsuana;

Zona S (6 grupos): Zimbábue, Botsuana, Moçambique, África do Sul, Zuazilândia, Lesoto.

Segundo Santiago (2013, p. 41), “as zonas estão tipologicamente agrupadas em 5 áreas maiores”, conforme elencadas abaixo:

a) A área do Noroeste (NW) com as 3 Zonas: A, B e C;

b) A área do Sudoeste (SW) com as 3 Zonas: H, K e R;

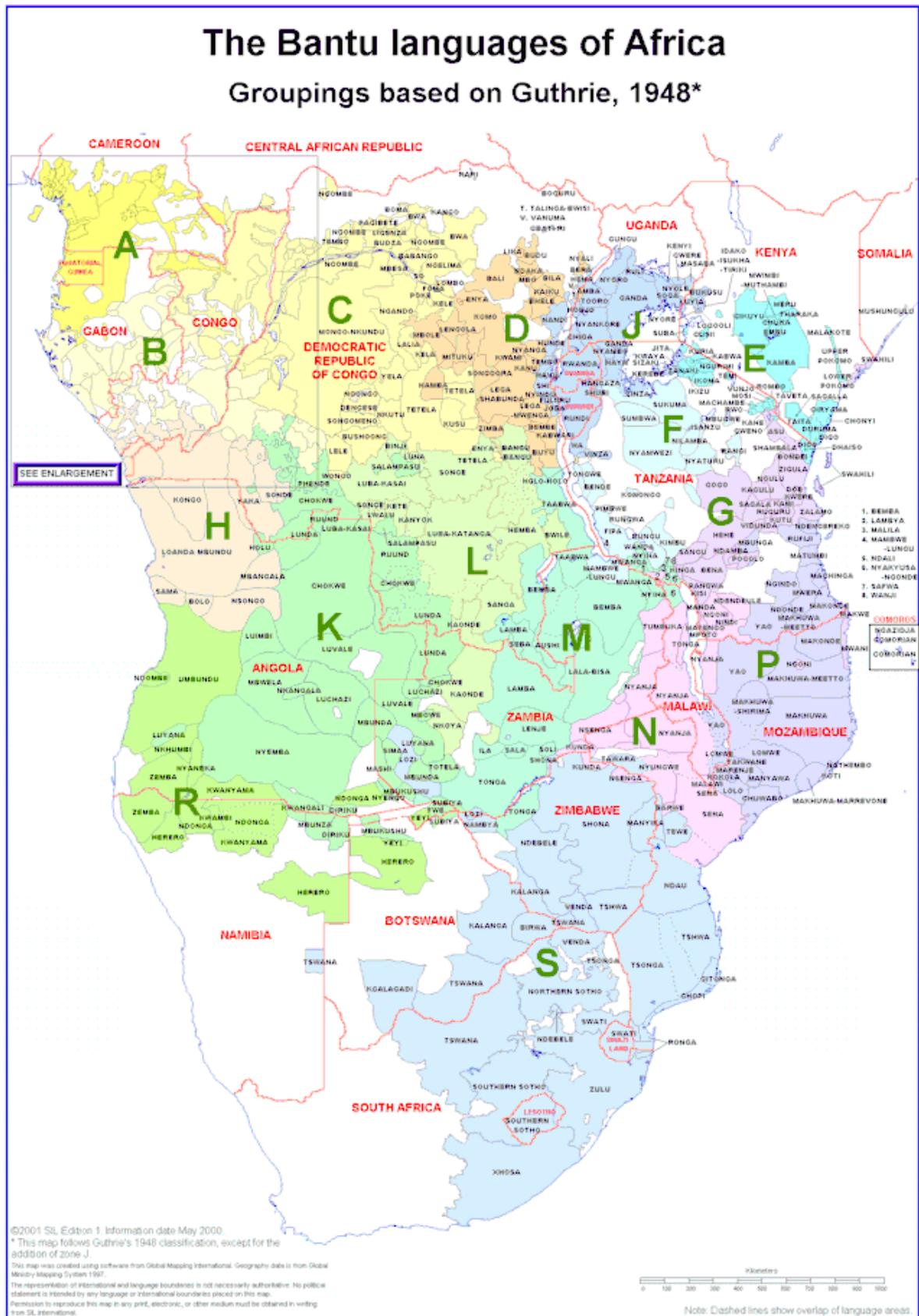
c) A área do Centro (Ce) com as 4 Zonas: D, L, M e N;

d) A área do Nordeste (NE) com as 4 Zonas: J, E, F e G;

e) A área do Sudeste (SE) com as 2 Zonas: P e S.

Nessa acepção, Angola ocupa as zonas *H*, *K* e *R* e os *grupos 4 e 5*, com as suas línguas a estarem relacionadas às diversas etnias que existem no país. Assim, teremos a seguinte distribuição: o kikongo e o kimbundu encontram-se na zona H, com as siglas H10 e H20; o cokwe e o ngangela representam a zona K, com as siglas K10 e K12; o umbundu, kwanyama, nyaneka a representarem a zona R, com as siglas R10, R21 e R22.

Mapa 3 - Zonas e grupos linguísticos bantu



Fonte: Arte, Cultura e Religiosidade Bantu (2015, s.p.).

De acordo com o mapa acima apresentado, o território angolano é abrangido pelas línguas africanas do grupo bantu, que constituem a maior parte de línguas e povos existentes no país. Por esse ângulo, Undolo (2014) assevera que a maioria das línguas em Angola pertence ao grupo bantu. Este constitui, então, o maior grupo etnolinguístico no país, destacando-se em relação aos demais grupos linguísticos: khoisan, vátuas e indo-europeu (português, inglês, francês, espanhol, entre outras línguas).

Quanto ao número de línguas do grupo bantu faladas no país, Mudiambo (2013) e Rendinha (1975) atestam que em Angola são faladas nove línguas: kimbundu, kikongo, helelo, kwanyama, oxindonga, umbundu, ngangela, nyaneka e cokwe. Por seu lado, Zau (2011) aponta que são faladas dez línguas bantu: kimbundo, kicongo, fiote/ibinda (resultante do processo de dialectização do kicongo e está em processo de mobilidade estatutária), cokwe, ngangela, umbundu, nhaneca, herero, kwanyama e cindonga. Já Undolo (2014) lista 16 línguas bantu faladas no país: umbundu, kimbundu, cokwe, ngangela, nyaneka, kwanyama, mbunda, ciluba, ciluvale, ocihelelo, ndonga, kikongo, humbi, hanya, nyemba e o kyombe. Todavia, o autor refere que, a depender dos critérios utilizados pelos pesquisadores, o número de línguas bantu faladas irá variar, pelo que deixa a questão em aberto para futuras pesquisas.

Isso posto, verifica-se que ainda existem dúvidas quanto ao real número de línguas africanas faladas no país, havendo algumas divergências entre os estudiosos das línguas em Angola. Esse quadro decorre do ainda limitado investimento feito pelo país na área das pesquisas linguísticas e, sobretudo, de alguma indefinição das noções de língua e dialeto no contexto africano e, nesse caso, em Angola.

Perante um quadro de incertezas, aprofundado pela falta de investimento em estudos mais profundos que permitam chegar ao perfil linguístico das distintas regiões do país, os dados disponíveis permitem supor que, em Angola, existem mais de 100 línguas. As divergências entre as propostas dos diferentes autores resultam também das dificuldades já referidas de delimitação entre língua e dialecto (UNDOLO, 2014, p. 80-81).

Não existe consenso entre os linguistas acerca do número de línguas existentes em Angola, o que não permite precisar o total de línguas africanas faladas no país. Todavia, a grande heterogeneidade linguística e a enorme presença de

línguas e povos bantu no território angolano é um fato, motivo pelo qual não se pode negar a influência dos idiomas deste grupo na formação do português angolano e na constituição do país.

2.4 A LÍNGUA E A CULTURA EM CONTEXTO MULTICULTURAL

Hodiernamente, muitas línguas ao redor do mundo estão ameaçadas e outras se encontram em perigo de extinção, situação que demonstra as entidades políticas, sociais, econômicas, linguísticas e demográficas que continuam a marginalizar e exterminar as línguas minorizadas e culturas autóctones, com especial destaque para o continente africano. Em Angola, por exemplo, as línguas nativas, sobretudo as do grupo khoisan, não são preservadas e integradas na vida da sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), firmada por organizações como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o PEN clube (clube internacional de escritores) e diversas organizações não-governamentais, é um documento que objetiva fortalecer o direito linguístico, sobretudo das línguas que estão à beira da extinção. Nesse sentido, ela visa essencialmente proteger e promover a diversidade linguística e salvaguardar os direitos linguísticos das minorias ou comunidades marginalizadas. Trata-se de um documento importante para a preservação da heterogeneidade linguística, cultural e o respeito pela sabedoria dos povos de tradição oral.

Para Saussure (2006, p. 17), “a língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Nesta perspectiva, a língua é um produto social da capacidade da linguagem e resulta de um acordo, isto é, uma espécie de contrato celebrado entre os membros de uma sociedade a fim de permitir a utilização da língua entre eles. A língua pertence a todos os membros de uma comunidade ou sociedade.

A língua não existe sem os falantes, assim como não existe sociedade sem línguas. Não é por acaso que uma língua é considerada oficialmente morta quando não possui mais falantes vivos. Ou seja, as línguas existem porque há pessoas que as falam e que interagem por meio delas. Sendo parte da sociedade, as pessoas empregam na língua a visão de mundo predominante no seu meio e, muitas vezes,

mudanças sociais desencadeiam também mudanças na língua. Nesse sentido, há uma relação entre língua e sociedade, dado que a língua apenas existe enquanto um sistema dinâmico por meio do qual as pessoas interagem com a estrutura linguística e a estrutura social (LEMOS, 2018).

No espaço geográfico angolano, ocorre uma coexistência não muito pacífica entre as línguas autóctones de origem bantu, khoisan, a LP (língua oficial e veículo de ensino) e as línguas estrangeiras, o inglês, francês e o espanhol. Além das línguas citadas anteriormente, existem ainda as línguas asiáticas e islâmicas. Estas são faladas em grupos populacionais menores, com destaque para o chinês (mandarim, cantonês, xangainês, xichuanês e hakka) e o árabe (nas suas diversas variedades espalhadas na Ásia e em África) que registram cada vez mais falantes em decorrência das dinâmicas socioeconômicas em Angola e no mundo. Nestes termos, Angola apresenta um cenário onde diversas línguas e culturas coabitam (SANTANA e TIMBANE, 2021).

Diante da pluralidade de línguas e culturas existentes no país, impende questionar qual política linguística deve ser utilizada nesse contexto, a fim de garantir o ensino, à preservação e a permanência da diversidade cultural e linguística, dado que, apesar de Angola ser um país multilíngue, opera-se um monolinguismo nas escolas, onde a LP serve como língua exclusiva de ensino. Esse cenário desperta a necessidade de integração das línguas angolanas de origem africana no sistema de ensino do país (MIGUEL, 2014)

Os estudos sobre a trajetória da educação em Angola permitem constatar que, desde o surgimento da educação formal no país, as línguas autóctones foram excluídas como meio pelo qual o ensino seria ministrado. À vista disso, faremos uma breve abordagem a respeito da trajetória da educação em Angola, que surge num período específico e vai adquirindo, ao longo do tempo, novas características em função de cada etapa da história do país. Nesta ordem de ideias, importa dizer que dois períodos marcam a história da educação em Angola: a educação colonial portuguesa (do século XVI ao XVIII) e a educação no período pós-colonial (desde a independência 1975), de acordo com Chicumba (2013).

Diversos acontecimentos históricos marcaram a educação colonial em Angola nos séculos XVI-XVIII, período em que surge formalmente a educação no país. Segundo Chicumba (2013, p. 3), “a educação em Angola teve início formalmente no

Reino do Kongo (actual província do Zaire), século XVI com os missionários que então geraram a iniciativa de estruturar escolas-capelas, tendo abrangido alguns filhos da classe nobre da época”. Nessa altura, o autor destaca que a educação promovida pelos colonizadores tinha como objetivo estreitar laços entre os nativos e os portugueses, o que facilitaria as relações comerciais entre os dois povos. Todavia, este sistema de ensino viria a revelar-se passageiro em razão dos acontecimentos vivenciados pelo reino do kongo e agravados pelas querelas internas e o comércio de escravos, determinante para o grande enfraquecimento do império (CHICUMBA, 2013). Além do que foi mencionado acima, outros acontecimentos marcaram o ensino no período colonial:

- i. A retomada do ensino nos séculos XVII e XVIII pelos Jesuítas, em Luanda e nas margens do rio Kwanza (CHICUMBA, 2013);
- ii. Expulsão dos jesuítas pelo governo português, seguidas pelo encerramento das missões. Em decorrência dessa expulsão, o ensino enfrentou diversas dificuldades (CHICUMBA, 2013);
- iii. Em 1845, após um longo período de carência, foi estabelecido o ensino público do Ultramar pelo Governo de Joaquim José Falcão e, posteriormente, em 1869, por Rebelo da Silva (CHICUMBA, 2013);
- iv. O ensino liceal em Angola surge no ano de 1919, sendo frequentado predominantemente pelos filhos dos funcionários e militares (CHICUMBA, 2013);
- v. A crescente insatisfação dos colonos europeus residentes na colônia, o aumento das manifestações dos autóctones e, sobretudo da pressão internacional, levaram, em 1962, o governo português a engendrar “medidas que resultaram na implementação dos Estudos Gerais Universitários de Angola – constituído pelas universidades de Luanda, Universidade de Angola - atual Universidade Agostinho Neto - (CHICUMBA, 2013, p. 4)

A gênese, a permanência e o alargamento da educação em Angola no período colonial sempre estiveram alinhados aos pressupostos da política ideológica e econômica da colonização portuguesa. Nessa perspectiva, o sistema educacional

das colônias portuguesas em África buscava assimilar o autóctone na cultura de Portugal e convertê-lo ao cristianismo, obrigando-o a abandonar os seus hábitos, costumes, tradições, línguas e conhecimentos (CÁ, 2011).

Por sua vez, a segunda fase do ensino em Angola remonta ao período pós-colonial, isto é, a altura em que Angola alcançou a independência e se constituiu enquanto nação, pelo que se viu na necessidade de implementar um sistema de ensino que atendesse aos interesses do país recém independente e proporcionasse uma real instrução para os nativos. Para Chicumba (2013, p. 4), essa fase da educação angolana ficou marcada por alguns acontecimentos históricos: O Sistema de Reforma Educativa de 1977, que teve como premissas à igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação dos estudos, à gratuidade, a obrigatoriedade e a laicidade do ensino; O Sistema de Reforma Educativa de 2001, que teve como supedâneo a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 13/2001) de 1977. Essa lei estabelecia às orientações e objetivos da educação no país, definindo como princípios gerais: a integridade, laicidade, a democraticidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e o artigo 9º tratava das línguas em presença no sistema educativo.

Segundo Lemos (2018), a política linguística de uma nação é responsável por ditar a escolha e o tratamento dos dirigentes da educação no que se refere às línguas que serão veículos de ensino. Para ela, a escolha feita pela política linguística estrutura e delinea as ações de todo o sistema educativo e suas áreas (ministério, direções provinciais de educação, escolas etc.), planejando a formação dos futuros quadros (TIMBANE; VICENTE, 2017). Portanto, a política linguística é um fator fundamental para se pensar a questão das línguas em presença no sistema educativo, pois é por meio dela que as línguas são inseridas ou excluídas do sistema de ensino, as aulas ocorrem e o futuro é projetado em termos de formação de profissionais.

Como vimos nos parágrafos anteriores, Angola é um país que foi colonizado por Portugal e, após a independência (1975), escolheu a LP como o único meio de ensino no país, demonstrando, dessa maneira, a política linguística do Estado para o sistema de ensino. No que concerne aos documentos orientadores (CRA e a *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino* n.º 7/16, de 7 de outubro, doravante, LBSEE) em Angola, as políticas linguísticas definidas não favorecem à inclusão das

línguas e culturas locais no sistema de ensino. O artigo 16º, incisos 1, 2, 3 e 4 da LBSEE, estabelece que:

1. O Ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.
3. Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.
4. O Estado promove políticas públicas para a inserção e a massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de ensino, com prioridade para o ensino do inglês e do francês. (LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 2016, p. 3)

Percebe-se, através do inciso 1, que o português é a língua obrigatória de ensino, enquanto que, para as línguas autóctones, essa obrigatoriedade não é verificada. O inciso 3 deixa claro que o papel conferido às línguas autóctones no sistema de ensino é o de complemento ou língua de apoio. Assim sendo, as línguas nacionais de origem africana poucas vezes funcionam como veículos de ensino, pois a LBSEE as insere enquanto possibilidade e não uma obrigatoriedade. Essa diferença de estatuto entre o português e as línguas nativas no sistema educativo acaba sendo perniciosa para as línguas angolanas de origem africana. O direito linguístico básico é negligenciado pelo governo, pois os falantes só são alfabetizados em português.

Sentindo a necessidade de incluir as línguas nativas no sistema educativo, Chicumba (2013) diz que o processo de Reforma Educativa de 2001 propôs à realização de uma pesquisa com a finalidade de implementar no ensino as sete línguas locais mais faladas: kimbundu, umbundu, kikongo, côkwe, nganguela e oshykwanyama e, em caráter excepcional, o fyote (variante do kikongo da região insular de Cabinda). É nesse sentido que o autor declara que desde o ano de 2005 está sendo ensaiada, de maneira gradual, a implementação dessas línguas nas escolas do país, sendo que o ensino ocorreria na língua mais falada em cada região do país. No entanto, fato é que até os dias atuais a LP detém primazia diante das línguas locais, que são as línguas maternas de muitos estudantes.

No que diz respeito às línguas mais faladas em casa, os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (2016) mostram que o

português é falado por mais de metade da população (71%), tendo maior predominância nas áreas urbanas (85%), enquanto que somente (49%) da população da área rural fala o português (INE, 2016). Os dados demonstram ainda que o umbundo é a segunda língua mais falada (23%), seguindo-se as línguas kikongo e kimbundu com cerca de (8%) cada. Os dados do censo de 2014 publicados em 2016 indicam que mais da metade da população rural (51%) adota uma das línguas de origem africana como meio de comunicação preferencial nas suas residências. Esses dados não incluem as línguas do grupo khoisan pelo fato de que estes grupos étnicos viverem isolados e não participar do censo.

Os dados censitários evidenciam que o número de falantes de português é ainda reduzido nas áreas rurais do país e, nesse sentido, muitos estudantes chegam às escolas angolanas falando uma das diversas línguas africanas. Todavia, o ensino é exclusivamente ministrado em LP e como língua materna comum a todos os estudantes, havendo assim um contraste com a realidade sociolinguística angolana. A grande diversidade de línguas existente no espaço geográfico angolano faz com muitos falantes tenham contato com a LP somente na escola, pelo que deveriam aprendê-la como segunda língua.

A exclusão das línguas locais como veículos de ensino resulta num desfasamento entre o ensino e a realidade linguística do aluno, desencadeando fenômenos como a evasão e o fracasso escolar. De mais a mais, a utilização exclusiva da LP como meio pelo qual o ensino é ministrado entra em desacordo com o artigo 10.º, inciso 1 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, segundo o qual “todas as comunidades linguísticas são iguais em direito” e o artigo 12.º, inciso 1 da mesma declaração, segundo o qual “no domínio público, todos têm o direito de desenvolver todas as atividades na sua língua, se for a língua própria do território onde residem” (UNESCO, 1996). Dessa maneira, todos os angolanos têm o direito de ser alfabetizados e desenvolver outras atividades nas suas respectivas línguas maternas, promovendo a democracia e a igualdade.

A língua materna é parte da identidade dos falantes e deixa entrever aspectos da visão de mundo africana. Peter (2015, p. 219) salienta que, “garantir ao falante o direito de falar, ler e escrever em sua língua materna é, antes de tudo, atender a um direito humano, o direito linguístico”. Urge, pois, a necessidade de incluir às línguas

nativas no sistema de ensino do país, desenvolvendo-se um ensino capaz de proporcionar uma educação significativa, igualitária e inclusiva.

Para Leitão (1988, p. 13) “a linguagem não é apenas um elemento da cultura. Ela é a base de todas as atividades culturais, e, portanto, o caminho mais fácil para chegar-se ao conhecimento das características de qualquer grupo social”. No caso de Angola, as línguas funcionam como autênticos veículos de culturas, identidades, modos de vida, de pensar e de estar no mundo.

De acordo com Kialanda et al. (2019, p. 78), “a língua está ligada à cultura, e a cultura é muitas vezes expressa pela língua, daí o termo cultolinguística, definido como o estudo das relações entre língua e cultura.”. As línguas locais constituem uma das bases da identidade cultural dos grupos sociais angolanos. Elas carregam elementos culturais simbólicos, modos de estar, de ser e de agir dos diferentes povos que as falam. Desse modo, as línguas dos grupos bantu e khoisan faladas em Angola atuam como veículos da identidade nacional, estando presentes na gastronomia, na toponímia, na antroponímia, fitonímia e na zoonímia do país.

O léxico, segundo Santos e Timbane (2020), é o mais evidente porque para além de se constituir item, ele carrega um conjunto de significados que podem ser interpretados e compreendidos dentro da comunidade de uso de uma determinada variedade. Portanto, as línguas em contexto angolano expressam as identidades das comunidades de forma distintas, ao mesmo tempo que descrevem a realidade e os aspectos culturais dos povos.

Assim sendo, num contexto plurilíngue e pluricultural como o de Angola, onde diversas línguas e culturas coexistem, apela-se à promoção da diversidade linguística e o incentivo à intercultura, a qual ocasiona a ecologia de saberes, comportamentos e modos de vida. Para Timbane e Vicente (2017), o respeito pela diversidade linguística e cultural institui uma defesa contra o monolinguismo e a monocultura, promovendo a democratização das relações sociais dentro da sociedade, consentânea com o rico e heterogêneo contexto social angolano.

3 OS NEOLOGISMOS LEXICAIS NO PORTUGUÊS ANGOLANO

No presente capítulo, pretende-se abordar o recurso da criatividade lexical do português angolano, buscando-se definir os conceitos de léxico, empréstimos e estrangeirismos. Dado que a presente monografia limita ao campo lexical os exemplos da influência das línguas do grupo bantu sobre o português angolano, importa distinguir os conceitos de léxico e vocabulário nesta secção. Cabe referir que não se pretende aqui examinar exaustivamente a questão, nem tampouco propor análises inéditas.

3.1 A VARIAÇÃO E A CRIATIVIDADE LEXICAL DO PORTUGUÊS ANGOLANO

No dia a dia, os falantes utilizam os conceitos de léxico e vocabulário de maneira indistinta, ou seja, como sinônimos. Contudo, faz-se necessário distinguir os dois conceitos. Para Antunes (2012, p. 27), de modo geral, o léxico pode ser entendido como o “amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”. O léxico constitui, com a gramática (a morfossintaxe e a fonologia), o outro grande componente da língua, já que não existe língua sem léxico, assim como não existe língua sem gramática (ANTUNES, 2012).

Correia e Almeida (2012, p. 15) conceituam o léxico como sendo “o conjunto de todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta os processos de construção de palavras disponíveis na língua”. Já o vocabulário é definido como o “conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorreram de fato nesse discurso” (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 15). Em conformidade com o exposto pelas autoras, é plausível falar do vocabulário da linguística ou da economia, do de Frantz Fanon, de Conceição Evaristo, do vocabulário dos jovens, mas não se pode falar dos seus léxicos. Para Timbane e Rocha (2020, p. 11), “enquanto o léxico se localiza em nível do sistema, o vocabulário está em nível da fala, isto é, das realizações individuais da fala”.

As autoras Correia e Almeida (2012) vão dizer que um dicionário caracteriza, portanto, um vocabulário, mas não o conjunto de palavras existentes numa língua (o léxico). Outro aspecto relevante é que um dicionário constitui sempre um produto que possui um prazo, ficando desatualizado com o passar do tempo, motivo pelo qual é constantemente atualizado. Além disso, elas ressaltam que todas as línguas variam e registram inovações, ocorrendo mudanças em todos os níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático). A mudança que ocorre na língua é essencialmente visível no léxico.

Timbane e Rocha (2020) argumentam que o léxico é dinâmico e sensível à mudança e à variação. A variação é um fenômeno previsto no sistema linguístico e sempre ocorreu na língua portuguesa. Ilari (2010, p.73) afirma que durante séculos o português “sofreu a influência das numerosas línguas com que esteve em contato. Essa influência se fez sentir pela incorporação de palavras e construções que representam, em geral, um enriquecimento”. Desta forma, as palavras estrangeiras são as que mais facilmente são aceitas quando se referem a objetos técnicos e novas realidades (ILARI, 2010).

Coelho et. al. (2015) defendem que a variação é a fala característica de determinado grupo. A variação linguística seria o “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado.” (COELHO et. al. 2015, p.16). Entendamos por variante, as “diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável tecnicamente chamado de variável dependente” (MOLLICA, 2004, p.11). Em outras palavras, a variante, identifica uma forma usada ao lado de outra na língua sem que se verifique mudança no significado básico (CEZARIO; VOTRE, 2009). Essa variação pode ocorrer em nível fonético-fonológico, semântico, sintático, morfológico e pragmático, o que Coelho et al. (2015) chamam de variação vista por dentro.

Por outro lado, as variantes correspondem a duas ou mais formas que podem ser intercambiáveis no mesmo contexto; que mantém o mesmo significado referencial/representacional. Por exemplo: *dim-dim* (PB) e *kumbú* (PA). Podemos falar: “eu quero o meu *kumbú*” ou “eu quero o meu *dim-dim*” ou mesmo “eu quero o meu *dinheiro*”. As palavras destacadas em negrito podem se substituir tranquilamente na comunicação entre os angolanos. No PB, a fruta “tangerina” a

dependem de região é conhecida como “laranja-cravo”, “mimosa”, “bergamota”, “vergamota”. Estamos falando de variantes lexicais.

Os estudos de Labov (2008) demonstraram claramente que é inútil estudar a língua fora do seu contexto real, porque é o contexto que escancara a variabilidade linguística que em momentos se liga à cultura e tradições dos falantes. É em contexto de uso e real que as palavras ganham novos sotaques, novos significados que de certo modo particularizam o uso de uma língua.

Além disso, a criação e a renovação que ocorrem na língua não são fenômenos novos ou exclusivos da atualidade. Em sentido similar, Carvalho (2009, p. 7) diz que o léxico de todas as línguas acaba por se renovar, sendo que os neologismos, expressão utilizada para designar as novas palavras, são criados de duas formas: com elementos da própria língua ou através de empréstimos. As palavras da própria língua formam, principalmente, derivados e compostos.

Os neologismos correspondem, então, a todas as palavras que entram na língua no dia a dia por uma necessidade linguística dos falantes. Eles “podem constituir palavras formalmente novas, palavras existentes que adquirem um novo significado, ou, ainda, palavras que passam a ocorrer em registros linguísticos nos quais não costumavam ocorrer” (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 23-24).

A criatividade lexical constitui um meio para a expansão linguística. Nesse sentido, de modo a satisfazer às necessidades de comunicação e preencher a ausência de determinada unidade lexical, os falantes de uma língua sentem a necessidade de criar palavras e expressões, ampliando o acervo lexical da língua e satisfazendo às exigências impostas pelas dinâmicas sociais. Correia e Almeida (2012, p. 19) definem a criatividade lexical como “a capacidade que o falante tem para alargar o sistema linguístico, de forma consciente, por meio de princípios de abstração e comparação imprevisíveis, mas claramente motivados”. Para elas, os neologismos estilísticos constituem os exemplos mais evidentes da criatividade lexical.

Nos últimos quinze anos (2006-2021), Angola registrou uma gama de neologismos que surgiram em diversos setores da vida do país: *água do chefe* (*caporroto industrializado. O caporroto é uma bebida alcoólica de fabrico artesanal e destilada a partir do milho e açúcar, cana de açúcar ou do fermento*), *tchilar* (*festejar ou beber*), *capassarinho* (*planta com efeitos de droga*), *manga de dez* (*adolescente*

ou meninas que ainda não atingiram a idade adulta), *mamoite* (mãe ou mais velha), *mana madó* (pessoa que gosta de estar no centro das atenções), entre outras palavras. Em 2018, o presidente de Angola, na sua deslocação a Portugal, proferiu a palavra *marimbondo* para se referir a todas as pessoas que tenham praticado atos de corrupção e teimavam em ajustar contas com a justiça angolana. A partir daquele momento, o termo *marimbondo* adquiriu uma nova acepção, ou seja, tornou-se um neologismo de novidade semântica (neologismo semântico), deixando de fazer referência apenas a vespa parasitoide. É um sentido novo para a palavra, pelo que acaba sendo um neologismo, o qual enriquece o acervo lexical do português angolano. Este e outros neologismos estão ligados à realidade sociopolítica dos angolanos.

Antunes (2012) mostra que o léxico de uma língua é um marcador da identidade cultural do falante, isto é, o repertório lexical que manuseamos e as escolhas lexicais que fazemos dão indícios evidentes do nosso pertencimento aos grupos em que entrelaçamos nossa identidade. O léxico oferece, então, informações ou pistas socioculturais dos falantes de uma língua. Paralelamente, Carvalho (2009, p. 40) afirma que “o acervo lexical de uma língua reflete as experiências do povo que a fala”. Dessa maneira, as palavras variam conforme o espaço geográfico, satisfazendo as necessidades comunicativas de cada povo.

Sendo o léxico a parte mais visível da língua, as palavras variam segundo o espaço geográfico. O que no Brasil se chama de café da manhã ou quebra-jejum, em Portugal é pequeno almoço e em Angola e Moçambique se chama matabicho. O léxico do português do Brasil se distancia do léxico predominante na lusofonia. Existe um conjunto lexical mais geral, aquele que pertence ao sistema. Esse léxico é compartilhado por todos e é, sem dúvida, aquele que permite a intercompreensão entre brasileiros e o resto da lusofonia (TIMBANE; ROCHA, 2020, p. 14-15).

Percebe-se que as palavras da LP variam de país para país, mas existe um conjunto de palavras mais gerais comuns a todos os falantes desta língua, permitindo o entendimento entre todas as pessoas que falam o idioma lusitano. Nesse sentido, Carvalho (2009) atesta ser a partir do latim popular que se formou o acervo lexical da LP, passando a ter como base as palavras que sofreram alterações no romance lusitano. Essas palavras transformadas consistem no padrão fonético e morfológico da LP.

Inobstante a existência de um conjunto lexical mais geral, existe um léxico que é próprio de Angola e ininteligível a um cabo-verdiano, moçambicano, brasileiro, guineense ou português. Isso porque os falantes desses países não entenderão termos que não façam parte do seu universo de referências, isto é, que constituem apenas o acervo lexical do PA, como, por exemplo: *mboa* (mulher, geralmente jovem), *mbanje* (casa), *kamba* (amigo), *jabá*, *kumbú* ou *massa* (dinheiro), *maka* (problema), *bumbar* (trabalhar), *paia* (vender) *mbila* (camiseta), *bazar* (ir), *ruca* (carro), *geleira* (geladeira), entre outras. Todas essas servem para designar conceitos ou realidades e carregam valores semânticos que só podem ser entendidos no contexto angolano, porquanto o sistema lexical é o conjunto de experiências de uma sociedade e sua cultura (CARVALHO, 2009).

Sacanene (2019) faz uma análise dos angolanismos no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, doravante, DLPC, identificando um total de 709 angolanismos divididos da seguinte maneira: 73 provenientes do umbundu, 19 provenientes do kikongo, 241 oriundos do kimdundu, 374 angolanismos foram identificados como Angol, que inclui os angolanismos de origem bantu e de línguas não angolanas (17 oriundas do kimbundu e 21 identificadas como Angol). Cabe referir que, na visão do autor, os angolanismos correspondem a todas as unidades lexicais utilizadas no PA e que tiveram origem nas línguas bantu. Todavia, entendemos que os angolanismos constituem não somente o emprego, no PA, de elementos oriundos das línguas autóctones angolanas, como também elementos da LP que adquiriram significados próprios no contexto angolano.

Tabela 1 - Disposição dos angolanismos no DLPC

Número total de angolanismos			709
Número de entradas atribuídas a cada língua	<umbundu>		37
	<quicongo>		19
	<kimbundu>		241
	<Angol>		374
	Origem Obscura	<Kimbundu>	17
		<Angol>	21

Fonte: Sacanene (2019, p. 488)

Dos 709 analisados por Sacanene (2019) foi constatado que algumas unidades lexicais foram atribuídas de maneira errada, ou melhor, todas foram atribuídas ao quimbundo, quando pertencem a outras línguas autóctones angolanas, a título de exemplo: *caçula* (filho/a mais novo/a), *ganguela* (relativo ao povo/etnia nganguela), *humbe* (relativo aos humbe) foram mal atribuídas ao quimbundo; *buala* (aldeia, povoação quimbo), *cacimba* (poço destinado a receber água), *calundu* (ser sobrenatural ou espírito), *camba* (amigo), *cambo-sonhi* (sem vergonha ou sem caráter), *cota* (mais velho ou pessoa respeitável), *matete* (papa feita de farinha de mandioca ou de milho), *muamba* (pasta de amendoim), *musseque* (bairros suburbanos de Luanda ocupados por população de baixa renda), *quimbo* (povoado ou sanzala), *soba* (chefe de um grupo ou de uma comunidade), entre outras palavras, foram mal atribuídas unicamente ao quimbundo. Além disso, a pesquisa analisou palavras na categoria de angolanismos provenientes de línguas não angolanas, mas que foram adaptados ao PA, carregando um significado específico da realidade angolana. Destes angolanismos, 6 são oriundos do inglês, 51 provenientes do português e 10 procedentes de outras línguas (SACANENE, 2019).

O estudo de Sacanene (2019) roborava com a inserção de elementos das línguas africanas no léxico do PA e a modificação sofrida por algumas unidades lexicais de origem portuguesa e de outros idiomas com o objetivo de designar novas realidades, as quais estão inseridas no processo de neologia denominativa: *birra* (cerveja), *biscato* (prestar serviço ocasionalmente em um ou mais lugares em troca de remuneração), *biznar* (roubar), *bizno* (negócio), *bofa* (chapada), *bula* (maconha), *damo/a* (namorado/a), *lavra* (lugar onde cultiva alimentos), *mano* (irmão ou amigo chegado), *mata-bicho* (café da manhã), *tenda* (barraca desmontável de tecido resistente).

Do total (709) de angolanismos recolhidos no DLPC, a pesquisa de Sacanene (2019) identificou 335 provenientes das línguas do grupo bantu, 374 representantes da etiqueta <Angol>, incluindo angolanismos procedentes das línguas do grupo bantu e de línguas como o inglês, português, entre outras. Esses dados confirmam que as línguas bantu contribuíram consideravelmente para a formação do léxico do PA e que tais unidades lexicais decorrem do processo de contato linguístico secular entre a LP, as línguas locais e outras línguas presentes no espaço geográfico

angolano, deixando entrever aspectos socioculturais do país no nível léxico-semântico e com os seus significados atrelados ao contexto social angolano.

3.2 OS EMPRÉSTIMOS E OS ESTRANGEIRISMOS NO PORTUGUÊS ANGOLANO

Nesta subsecção, discutiremos sobre a presença dos estrangeirismos dos empréstimos no PA. Para tal fim, apresentaremos os conceitos de estrangeirismos e de empréstimos linguísticos, enfatizando que a influência lexical é um fato inerente a qualquer língua viva e que os empréstimos, ao lado dos elementos da própria língua, constituem um dos processos pelos quais o léxico de uma língua se amplia.

Timbane (2013) mostra que existem neologismos que são fenômenos linguísticos ligados à matriz interna, ou melhor, criações que ocorrem com elementos da própria língua. Por sua vez, os empréstimos são neologismos que provêm da matriz externa, isto é, oriundos de outras línguas (do inglês, do francês, das línguas bantu e outras). Paralelamente a isso, Carvalho (2009, p. 35) diz que os mecanismos de ampliação do léxico de toda língua viva resultam em dois processos: “processo de criação dentro da própria língua e processo de adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira”.

Para Carvalho (2009), o empréstimo consiste no processo de ampliação lexical caracterizado pela adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira na língua de uma comunidade. Em outras palavras, empréstimos são elementos provenientes de línguas estrangeiras.

No que diz respeito à distinção entre estrangeirismo e empréstimo, vale dizer inicialmente que Timbane (2013) aponta que o estrangeirismo tem como forma equivalente do francês *xénisme*, enquanto empréstimo é equivalente ao *emprunt*. Em seguida, cabe apontar que Carvalho (2009), discorrendo acerca das etapas pelas quais o empréstimo linguístico passa, estabelece uma distinção entre os dois fenômenos.

Nesse sentido, a autora argumenta que o estrangeiro é quando a palavra estrangeira da língua A chega à língua B sem alterações, sendo que só depois de esta palavra passar por adaptações fonético-fonológicas, morfológicas e/ou ortográficas, vira empréstimo. Por exemplo: a palavra futebol veio do inglês como **football** e depois passou por transformações na escrita e na pronúncia. Portanto,

estrangeirismo é a palavra que sai da língua fonte e chega à língua receptora na sua forma original, enquanto o empréstimo é a palavra da língua fonte que já passou por adaptações gramaticais (fonético-fonológicas, morfológicas e/ou ortográficas) na língua importadora.

Para serem reconhecidos como termos da LP, os empréstimos adotam os “padrões criados pelos termos populares, quanto ao sistema fonológico, quanto à tipologia silábica e quanto à estrutura morfológica” (CARVALHO, 2009, p. 30). Assim, a autora afirma que, nem que seja foneticamente, as palavras importadas adaptam-se a estes padrões para pertencerem ao acervo lexical da LP. Exemplificando, a autora aponta que a palavra **stress** (inglês) transformou-se em estresse, pois o padrão da LP não permite a formação iniciada com S desacompanhada de vogal. O mesmo sucedeu com a palavra **status** (latim) que virou estado.

Como se pode ver, os empréstimos, ao entrarem na LP, adaptam-se aos padrões morfológicos e fonológicos do idioma, enriquecendo o seu acervo lexical. Contudo, muitos falantes, desconhecendo a história do léxico da LP e em nome de algum fundamento ideológico, acreditam que os estrangeiros e os empréstimos descaracterizam, invadem ou ameaçam a língua. Um dos casos mais famosos de “defesa” da língua contra o que se julga ser o excessivo número de palavras estrangeiras na LP e sua ameaça a esse patrimônio foi o projeto de lei n.º 1676/99, da autoria do Deputado brasileiro Aldo Rebelo, que pretendia restringir o uso de estrangeirismos no português brasileiro.

O referido projeto de lei rendeu, entre outras coisas, bastante polêmica e discussões de especialistas a respeito dos estrangeirismos e empréstimos e da tentativa de interferência nas dinâmicas linguísticas da sociedade. Nesse sentido, os linguistas brasileiros julgaram conveniente demonstrar os equívocos e as impropriedades do projeto, o que resultou na publicação do livro: “Estrangeirismos: guerras em torno da língua”, organizado pelo linguista Carlos Alberto Faraco (2001).

Com um dos textos que compõem a susodita obra, Marcos Bagno (2001) diz que o grande alvo do ataque do projeto de lei (nº 1676/99) são os estrangeirismos (termos e expressões de outras línguas empregados cada vez mais no português falado e escrito no Brasil), concentrados principalmente nas palavras do inglês. Na

visão do linguista brasileiro, este projeto de lei estava permeado de erros grosseiros, conquanto não se possa negar a boa intenção que moveu o deputado ao escrevê-lo.

Bagno (2001) mostra que a luta contra os estrangeirismos e os empréstimos não é nova e que a ideia de que estes fenômenos linguísticos destruirão a estrutura do português é falsa, pois eles não alteram as estruturas da língua, isto é, a sua gramática. Os estrangeirismos, segundo o autor, contribuem apenas no nível lexical, o mais superficial da língua.

O office-boy flertava com a baby-sitter no hall do shopping-center. Embora os substantivos sejam todos de origem inglesa (e a raiz do verbo *flertar* também), a sintaxe e a morfologia são perfeitamente portuguesas, como se verifica pela desinência do verbo, pelas preposições e pelos artigos. A ordem das palavras no enunciado — primeiro o sujeito, depois o verbo, depois o objeto e por fim os adjuntos adverbiais — corresponde integralmente à ordem normal da sintaxe portuguesa. Além disso, nossa pronúncia dessas palavras estrangeiras se faz de acordo com as características fonético-fonológicas do português brasileiro, ou seja, elas são tratadas foneticamente *como se não fossem estrangeiras*. (BAGNO, 2001, p. 73-74, grifo do autor)

O excerto acima mostra que as palavras de origem estrangeiras vestem a roupagem da LP para se adaptarem às regras sintáticas, morfológicas e fonológicas deste idioma. Por conta dessa "regra", Carvalho (2009) afirma que existem, na LP, diversas palavras que utilizamos no dia a dia e que não se percebe mais traços de origem alógena, dentre as quais: álgebra, xarope, zero, chafariz, álcool, alfaiate, alfinete, alface, bairro, aldeia (árabe); dama, chanceler, joia, blusa, envelope, chaminé, maré (francês – os galicismos); hediondo, velar, bobo, airoso (espanhol); soneto, caricatura, macarrão, lasanha, mortadela (italiano); bife, lanche, vagão, pudim, túnel, esportes (inglês – os anglicismos); anjo, bispo, filosofia, fonemas, caligrafia, telefone (grego – os helenismos); chávana, chá, manga jaca, canja, limão, cachimbo (provenientes da Ásia); banana, zebra, girafa, moleque (provenientes de África); chocolate, xícara, cacau, tomate e canoa (oriundas da América espanhola); ananás, amendoim e xará (oriundas da América portuguesa, especificamente do Brasil).

Em relação aos verbos estrangeiros empregados na LP, por exemplo, Carvalho (2009, p. 31-32) destaca que “todo o verbo que entra na língua toma como paradigma a primeira conjugação: **snob** – esnober – esnoar. Assim segue: **to delecte** – deletar / **to check** – checar/ **to drink** – drincar”, **to print** – imprimir / **to reset**

– resetar / **to delete** – deletar. Trata-se de um processo normal e previsto no sistema linguístico do português.

No PA, os empréstimos que não são provenientes das línguas africanas vêm principalmente do inglês, decorrente do prestígio desta língua. Assim, temos aqueles empréstimos adaptados: chuinga (chiclete)/**chewing gum** em inglês, brada (irmão)/**brother** em inglês, **man** (cara), **nigga** (parceiro), **selfie** (autorretrato), **test** (teste), **cocktail** (coquetel) **drink** (drinque), **lunch** (lanche), **sandwich** (sanduíche), **stress** (estresse), **stand** (estande), **club** (clube), **sport** (esporte), **team** (time), **basket** (basquete), **make-up** (maquiagem), **staff** (grupo). Há ainda empréstimos que são usados pela mídia, empresas ou em áreas específicas: **Takeaway, marketing, show, performance, personal trainer, shopping, fast-food, fitness e look** (vestuário, aparência).

Nos dias de hoje, pode-se perceber a presença de termos oriundos das línguas africanas, sobretudo grupo bantu, no cotidiano dos angolanos. Em vista disso, vários termos emprestados às línguas africanas aparecem na linguagem popular de todo o país, fazendo parte do léxico da variedade do português falado no território angolano. Miguel (2014) fala que, no português falado em Luanda, verifica-se a presença de centenas de palavras oriundas do kimbundu e para as quais o português não possui equivalentes:

a) Na gastronomia: *gimboa, quisaca, funje, calulu, mufete, ginguba, muzongué, muamba, quitaba, quifufutila, bombó, entre outras;*

b) Na toponímia: *Kalandula, Kissama, Mutamba, Bengo, Ndalatando, Sambizanga, Ingombota, Mussulo, Icolo e Bengo, etc;*

c) Na antroponímia: *Luvwalu, Kambwa, Bonga, Mubongo, Henda, etc.;*

d) Na fitonímia: *embondeiro, mateba, etc.; e*

e) Na zoonímia: *palanca, gunga, quisonde, etc.* Há também, segundo a autora, unidades lexicais provenientes das línguas bantu para as quais existem formas equivalentes na LP: *camba* (amigo), *dioba* (fome), *muadié* (fulano, indivíduo), *cacimbo* (nevoeiro), *cumbu* (dinheiro), *cota* (velho), *quinda* (cesto), *maka* (problema, confusão), *século* (mais-velho), entre outras palavras.

Observa-se, então, que o vocabulário de base africana se encontra difundido no PA, sendo que inúmeros termos são utilizados em diversos espaços e situações. Esta variedade é marcada pela presença de empréstimos oriundos das línguas

bantu faladas por grande parte da população angolana. Por isso, a contribuição das palavras oriundas das línguas africanas em Angola foi de grande importância para a constituição do léxico do PA.

Destarte, o léxico do PA fez diversos empréstimos às línguas africanas e idiomas estrangeiros, sobretudo do inglês, efetuando uma ampliação lexical por meio da adoção e adaptação de termos dessas línguas, quer para se referir a realidades para as quais o PA não possui equivalentes, quer para as quais existem elementos correspondentes na variedade angolana do português.

3.3 ASPECTOS LÉXICO-SEMÂNTICOS ORIUNDOS DAS LÍNGUAS AFRICANAS

O português e as línguas africanas em Angola estão em permanente contato, trocando entre si empréstimos e estrangeirismos a nível lexical. As interferências dos idiomas africanos na LP provocaram mudanças e variações a nível sintático, morfológico, semântico, fonético-fonológico, léxico-semântico. No nível estritamente lexical, por exemplo, o PA apresenta várias especificidades decorrentes de unidades lexicais originárias das línguas bantu, conforme demonstramos nas partes que precedem a presente subseção.

O significado não aparece por acaso numa variedade. Greimas (1966, p.53) diz que o discurso, como manifestação da linguagem é, “a única fonte de informações sobre as significações imanentes a essa linguagem”. É no discurso dos alunos que percebemos os significados que as palavras carregam. Em muitos momentos, os significados diferem de uma variedade a outra. Tal como veremos, a presença do discurso abre caminhos para a compreensão do significado das unidades lexicais.

Segundo Oliveira et al. (2012, p. 15), a semântica é o campo de investigação que trata do “significado que atribuímos às sentenças e expressões de uma língua natural, uma língua que aprendemos no berço, sem aprendizagem formal, sem ir para a escola”. Em síntese, os autores apontam que a semântica estuda o significado da sentença, enquanto a pragmática corresponde a área de estudos que se ocupa do uso que fazemos desse significado.

Considerando as divisões ou ramos do estudo do significado (semântica textual, semântica cognitiva, semântica lexical, semântica argumentativa e

semântica discursiva), sublinhamos que a semântica lexical “estuda o significado individualizado dos itens lexicais e as relações semânticas que mantêm com outros itens lexicais. Pode-se dizer que é o estudo do que itens lexicais individuais significam, por que eles querem dizer o que dizem e como podemos representar tudo isto” (RIBEIRO, 2016, p. 25). Para a autora, a semântica lexical apresenta uma multiplicidade de teorias, mas todas têm em comum o fato de apresentarem como principal interesse a relação entre a língua e a sua representação mental.

Sendo bastante visível a contribuição das línguas africanas no léxico do PA, esta seção abordará os aspectos léxico-semânticos oriundos das línguas africanas por meio da análise do sentido e/ou significado dos angolanismos utilizados no PA. Para realizar tal intento, traremos análises léxico-semânticas do PA descritas em estudos prévios.

Timbane, Santana e Afonso (2019), por meio da análise dos angolanismos léxico-semânticos presentes nas músicas de Yannick Afroman, identificam e apresentam uma série de neologismos lexicais específicos da variedade angolana. Os três autores apresentam, ainda, exemplos do funcionamento das unidades lexicais utilizadas por Yannick Afroman e os seus respectivos significados:

Exemplo 1: Também estou gato, estou a travar com jantes...” (também estou sem dinheiro, estou a passar sufoco financeiro)

Exemplo 2: Tipo emprestar num camba íntimo (é como emprestar para um amigo íntimo)

Exemplo 3: Basta andar a pé é que ancorou (basta andar a pé é porque ficou sem dinheiro/pobre)

Exemplo 4: Eu tava bem pausado no cúbico (eu estava descontraído/descansado em casa)

(TIMBANE, SANTANA E AFONSO, 2019, p. 122)

Os exemplos acima mostram a entrada de palavras vindas das línguas angolanas (camba, cúbico); variação semântica: ancorou (ficar sem dinheiro ou ficar pobre), pausado (descansado); gato (nesse contexto é utilizado para exprimir ausência dinheiro); abreviatura: (tamo); expressões específicas do PA: travar com jantes (passar por uma situação de aperto financeiro). Outras expressões comuns no português angolano são: “Amigo da onça” (pessoa não confiável, traidora); “O game está violento” (está difícil, complicado, duro) e “Não maya” (aproveite a oportunidade). (TIMBANE; SANTANA; AFONSO, 2019). Os exemplos apresentados

são bastante comuns no PA e carregam valores semânticos que só podem ser entendidos no contexto angolano.

Em Sacanene (2019), o autor argumenta que a presença de angolanismos no PA se deve, principalmente, à influência do aporte linguístico africano decorrente do processo de contato linguístico. Nesse contexto, ele mostra que o PA incorporou no seu léxico angolanismos oriundos de línguas africanas, do inglês, da LP, entre outras línguas, a fim de expressar novas realidades. Considerando exemplos como os que se seguem em (5) e (6), extraídos do trabalho do autor, apresentamos as unidades lexicais (mais-velho) e (confiado) e os seus significados:

Exemplo 5: Mais-velho = pai. O mais-velho está em casa por isso hoje não poderei sair de casa.

Exemplo 6: Confiado = de confiança/em quem posso confiar. O Pedro é o meu amigo confiado.

(SACANENE, 2019, p. 493)

Como se pode ver nos dois exemplos acima, os angolanismos apresentados carregam valores semânticos específicos da realidade angolana, sendo que o mais-velho, neste caso, significa “o pai” e confiado quer dizer “pessoa de confiança ou em quem se pode confiar”.

No PA, outra palavra bastante utilizada é bué (muito). Neves (2020) refere que ela terá se originado da forma “mbuwe” (do kimbundu), que quer dizer “abundância ou fartura”. O autor salienta também que, fora de Angola, o quimbundo deu algumas palavras a LP, sobretudo ao Brasil, tendo em conta o elevado número de falantes de quimbundo que para lá foram levados no processo de tráfico de escravos.

Voltando ao PA, a palavra bué constitui uma das inúmeras unidades lexicais oriundas das línguas africanas, tratando-se de um angolanismo equivalente ao advérbio de quantidade “muito”, como se pode ver a seguir: a) o empresário tem *bué* de cumbú (o empresário tem muito dinheiro); b) o João marcou *bué* de golos (muitos gols); Ele finta *bué* (ele dribla muito).

São consideráveis os termos específicos do PA para se referir aos diferentes aspectos da sociedade angolana. Os dados retromencionados mostram que, no nível léxico-semântico, o PA traduz a visão de mundo africana, com neologismos lexicais carregados de aspectos das línguas bantu, enriquecendo o léxico e atribuindo uma identidade peculiar à variedade falada no país.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Neste terceiro capítulo, efetuamos considerações acerca da metodologia utilizada, seguidas de informações sobre o local onde decorreram as entrevistas. Posteriormente, fizemos à apresentação dos dados para, em seguida, passarmos à análise dos dados embasada na fundamentação teórica do segundo capítulo.

4.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

No presente trabalho, procuramos analisar a influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico da variedade angolana do português. Para a consecução dos objetivos do nosso trabalho, utilizamos a pesquisa quantitativa para a análise dos dados e a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica.

No que respeita a pesquisa bibliográfica, realizamos a leitura de livros, teses, dissertações, artigos, entre outros materiais, para constatar o que já foi pesquisado sobre o tema e nos servimos dessas publicações para construir o presente trabalho. A esse respeito, vale enfatizar que a pesquisa bibliográfica é indispensável para qualquer pesquisa, “quer para o levantamento do estado da arte do tema, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e as contribuições da própria pesquisa” (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007, p. 60).

Num outro momento da pesquisa e visando a consecução dos objetivos traçados, realizamos entrevistas como instrumento de coleta de dados. As entrevistas foram compostas por duas perguntas abertas. A entrevista tem o propósito de, conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), colher dados para a pesquisa através do interrogatório com o entrevistado. Em relação às perguntas abertas, os autores afirmam que estas não apresentam restrições e permitem a obtenção de respostas ou dados mais livres e diversificados. Nas questões da entrevista havia espaço para respostas dissertativas, dando a possibilidade dos informantes desenvolverem as suas respostas.

As entrevistas, que se associam a sociolinguística, foram realizadas com 20 informantes e distinguiram a escolaridade (escolarizados (10) e não escolarizados (10), sexo (masculino e feminino) e faixa etária (dos 18 aos 65 anos, isto é, jovens, adultos e idosos), uma vez que essas variáveis constituem elementos produtores de

diferenças nas análises sociolinguísticas variacionista. Os informantes selecionados são residentes da cidade de Luanda (capital do país), que se encontra localizada na região norte de Angola. Os motivos da escolha desta província são: a) Trata-se de uma província que comporta cerca de 6.945.386 de habitantes, o maior contingente populacional do país (INE, 2016); b) Por ser o maior centro urbano do país, Luanda registra o maior número de falantes de português; c) Tendo o maior número de falantes de português, tem-se mais pessoas para entrevistar.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta subseção, apresentaremos, a partir das informações recolhidas com os entrevistados, os dados mais relevantes para a presente pesquisa.

Os corpora que compõem esta monografia são fontes primárias de coleta de dados realizadas por mim, em Luanda: são gravações feitas nas visitas realizadas nos municípios de Cacuaco e Cazenga, das quais retiramos dados para a análise dos termos oriundos das línguas bantu.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos da minha ida a Angola ano de 2020. Elas ocorreram com diversas pessoas na cidade de Luanda, quer na casa dos informantes, quer em lugares específicos dos municípios citados acima. Utilizamos caderno e lápis para anotar as respostas e um celular para a gravação. Após a realização das entrevistas, fez-se a transcrição para, em seguida, efetuar-se a análise dos dados obtidos. Pelo fato de estar ausente do país há alguns anos, as questões aos inqueridos procuraram indagar sobre o modo de vida dos angolanos nos dias atuais e, assim, colher um depoimento mais heterógeno, na medida em os entrevistados pudessem falar de diversos aspectos sociais e econômicos que marcam a atualidade do país.

Os dados obtidos demonstram que os angolanismos estão presentes na fala dos angolanos, permitindo a comunicação e a interação nas variadas situações do cotidiano. Verifica-se que essas expressões características do português falado no espaço geográfico angolano estão enraizadas no vocabulário de homens e mulheres, jovens e adultos, escolarizados e não escolarizados. No total, foram observadas 20 unidades lexicais provenientes das línguas bantu: *cumbú* (dinheiro), *camba* (amigo), *cota* (mais velho), *maca* (problema), *saló* (trabalho), *bué* (muito),

mboa (mulher, geralmente jovem), *marimbondo* (vespa das famílias vespidae e pompilidae ou pessoas implicadas em processos de corrupção ou peculato), *cunanga* (pessoa que não trabalha ou sem ocupação), *muxima* (coração ou comuna do município da Quissama), *ngunga* (igreja), *wazebele* (sem dinheiro/ancorado), *muamba* (pasta de amendoim), *nguvulu* (pessoa de alto nível), *quilapi* (venda a crédito ou fiado), *candengue* (criança ou garoto), *jikulumessu* (abre os olhos), *calulú* (caruru), *funge* (pirão) e *jindungo* (pimenta). Além dessas palavras, observaram-se a presença de angolanismos como gato (mal ou ruim), velha (mãe), birra (cerveja) e chupar (beber). Registrou-se também o uso de algumas expressões como casa da velha (casa da mãe) e tá gato (tá mal ou ruim). A seguir, apresentamos a análise dos dados a partir das informações recolhidas do interrogatório aos participantes.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Na presente subsecção, procura-se apresentar e analisar os resultados da pesquisa com os informantes. Conforme apresentado no segundo capítulo, é visível a influência das unidades lexicais das línguas bantu no vocabulário dos falantes do PA. Assim, a presente pesquisa procurou analisar a presença de palavras oriundas das línguas bantu no vocabulário dos falantes luandenses e o seu papel na constituição do léxico do português falado pelos angolanos. As tabelas abaixo trazem mais detalhes em relação a presença de unidades lexicais de origem bantu no léxico do PA.

Tabela 2 - Palavras de origem bantu distribuídas entre o sexo masculino e feminino

Sexo	Falantes	N.º de palavras	Porcentagem
Masculinos	10	13	65%
Femininos	10	7	35%
Total	20	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode constatar na tabela acima, 65% das unidades lexicais de origem bantu ocorridas durante a entrevista foram proferidas por informantes do sexo masculino, enquanto 35% foram ditas por inquiridos do sexo feminino. Os dados apresentados indicam que ambos os sexos utilizam unidades lexicais de

origem bantu nas suas falas. Ou seja, tanto pessoas do sexo masculino quanto do sexo feminino, utilizam palavras das línguas bantu no português, enfatizando a importância dessas unidades lexicais na constituição do léxico do PA.

Tabela 3 - Palavras de origem bantu na fala de pessoas escolarizadas e não escolarizadas

Escolaridade	Falantes	N.º de palavras	Porcentagem
Escolarizados	10	6	30%
Não escolarizados	10	14	70%
Total	20	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa procurou ainda analisar a ocorrência das unidades lexicais oriundas das línguas bantu em falantes com e sem escolarização. Assim, os dados recolhidos mostram que tais palavras ocorreram 70% entre os inquiridos não escolarizados, enquanto entre os informantes escolarizados ocorreram 30%. Uma hipótese que talvez justifique essa discrepância deve-se ao fato de que as palavras oriundas dos idiomas bantu ocorrem primeiramente na fala informal dos grupos não escolarizados e menos privilegiados do ponto de vista socioeconômico, só depois entram na fala dos grupos escolarizados e mais altos na estrutura socioeconômica.

Tabela 4 - Palavras de origem bantu distribuídas entre faixas etárias

Faixa Etária	Falantes	N.º de palavras	Porcentagem
Jovens e Adultos	14	17	85%
Idosos	6	3	15%
Total	20	20	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O uso dos termos provenientes das línguas bantu entre as diferentes faixas etárias também constituiu preocupação da presente pesquisa. Dessa forma, os dados da pesquisa apontam que a faixa etária dos jovens e adultos 85% é a que mais utilizou os angolanismos oriundos das línguas bantu, enquanto nos idosos

esses elementos léxicos ocorreram em 15% dos casos. Uma possível explicação para a reduzida porcentagem entre os idosos deve-se ao fato de termos trabalhado com uma população menor do que a faixa etária dos jovens e adultos. Destaca-se que os dados obtidos corroboram com Timbane, Santana e Afonso (2019) e indicam que as palavras de origem bantu no PA tendem a partir dos jovens e se expandem para as demais faixas etárias.

As informações apresentadas nas três tabelas (3.3, 3.4 e 3.5) declaram que as pessoas do sexo masculino (65%), não escolarizadas (70%) e na faixa etária de jovens e adultos (85%) são as que mais utilizaram palavras procedentes das línguas bantu. Esses dados são importantes para a discussão em relação ao português falado em Angola, principalmente no que diz respeito à variação léxico-semântica e à contribuição das línguas bantu na formação da variedade angolana.

O léxico do PA se forma a partir do PE e vai sendo alimentado pelas línguas do grupo bantu, ampliando o acervo lexical e satisfazendo às necessidades comunicativas decorrentes das dinâmicas socioeconômicas. Nesse sentido, as línguas bantu colocam à disposição do léxico do PA diversos termos específicos ao nível da gastronomia, toponímia, antroponímia, fitonímia, zoonímia, dentre outros aspectos da natureza e da sociedade angolana. Essas unidades lexicais oferecem pistas sociais e culturais dos falantes angolanos e atestam que o léxico de uma língua é um marcador da identidade cultural das pessoas que a falam, de acordo com Antunes (2012).

Uma vez que as questões aos inquiridos eram do tipo aberta e indagavam sobre os modos de vida dos angolanos na atualidade, os entrevistados foram respondendo sobre como vivem atualmente e quais eram as suas visões a respeito da situação socioeconômica do país. Desse modo, foi possível colher relatos relacionados a *alimentação*, surgindo palavras como: calulú (caruru), funge (pirão), jindungo (pimenta) e muamba (pasta de amendoim); *situação socioeconômica pessoal e do país*, aparecendo palavras como: cumbú (dinheiro), bué (muito), wazebele (sem dinheiro/ancorado), nguvulu (pessoa de alto nível), quilapi (venda a crédito ou fiado), gato (mal ou ruim); *dificuldades que as pessoas enfrentam e outras situações do cotidiano*, fazendo com que surgissem as seguintes palavras: camba (amigo), cota (mais velho), maca (problema), salo (problema), bué (muito), mboa (mulher, geralmente jovem), ngunga (igreja), wazebele (sem dinheiro/ancorado),

nguvulu (pessoa de alto nível), candengue (criança ou garoto), velha (mãe), birra (cerveja) e chupar (beber); por fim, *alguns inqueridos foram apontando possíveis soluções aos problemas sociais e econômicos do país*, mencionando termos como: marimbondo (pessoas implicadas em processos de corrupção ou peculato), jikulumessu (abre os olhos), cunanga (pessoa que não trabalha ou sem ocupação) e Muxima (município de Luanda ou coração).

A maioria das palavras observadas provém do kimbundu, tais quais calulú, funge, jindungo, cota, cumbú, camba, maca, bué, marimbondo, cunanga, muxima, candengue e jikulumessu. Tratando-se de palavras que entraram no léxico do PA por via de empréstimos ou estrangeirismos, vale apontar que alguns dos termos analisados conservaram a grafia e pronúncia originais, permanecendo como estrangeirismos: *mboa, ngunga e nguvulu*; enquanto a maioria teve a grafia ou pronúncia alterada, passando para a categoria de empréstimo: cumbú (ukumbu), camba (kamba), cota (dikota), maca (maka), salo (salu), bué (mbuwe), marimbondo (marimbondo), cunanga (Kunanga), muxima (muxima), wazebele (wazebele), muamba (mwamba) quilapi (kilapi), candengue (kandengue ou ndengue no singular), jikulumessu (jikulumessu), calulú (Kalulu), funge (funji) e jindungo (jindungu).

O nosso estudo mostrou que o processo de contato linguístico entre a LP e as línguas locais dá origem a fenômenos linguísticos como os estrangeirismos e os empréstimos. Nesta perspectiva, alguns termos das línguas bantu chegam ao PA sem alterações morfofonológicas, enquanto a maioria das unidades lexicais importadas passam por algum tipo de adaptação fonético-fonológica, morfológica ou ortográficas, virando empréstimo.

O processo de ampliação lexical por intermédio da adoção e adaptação de termos provenientes das línguas bantu é bastante produtivo no PA. Dessa forma, diversos termos com origem bantu, com destaque para o kimbundu, fazem parte do vocabulário dos angolanos falantes de português e estão cristalizados como prova da influência das línguas do grupo bantu na emergência do léxico do PA.

5 CONCLUSÃO

Nesta monografia, tratamos de compreender e analisar o papel das línguas bantu na formação do léxico do PA. Na primeira seção do estudo, descrevemos a situação sociolinguística angolana através da apresentação do panorama etnolinguístico e do estatuto sociopolítico de cada idioma na sociedade angolana. Além disso, tratamos da relação entre língua e cultura em contexto pluricultural.

Na segunda seção, dedicada aos neologismos lexicais no PA, apresentamos os conceitos de léxico, empréstimos, estrangeirismos, fazendo um diálogo com os autores que discutem essa temática, dentre os quais destacamos Antunes (2012), Correia e Almeida (2012) e Carvalho (2009). Conforme as autoras destacadas, o léxico de uma língua sempre se renova e a criatividade linguística constitui um recurso que os falantes utilizam para ampliar o seu acervo lexical. Todavia, as línguas possuem meios específicos para efetuar essa ampliação e, no caso da LP, os processos neológicos utilizam-se de bases da própria língua e de elementos lexicais provenientes de outros idiomas. Nesta acepção, Alves (2008) afirma que, na atualidade, os processos de formação de palavras pelos quais a LP tem expandindo o seu léxico são os mesmos que foram utilizados por esse idioma no decurso do tempo, ou seja, a neologia de itens lexicais como a derivação e a composição (processos de formação vernácula) e os empréstimos (elementos de outros sistemas linguísticos).

Na terceira e última seção, efetuamos considerações acerca da metodologia utilizada. Para coletar os dados, realizamos entrevistas compostas por perguntas abertas, e a pesquisa quantitativa para a análise das informações obtidas. As entrevistas foram realizadas com falantes (jovens e adultos, dos sexos masculinos e feminino, escolarizados e não escolarizados) residentes na província de Luanda (capital de Angola). Utilizamos, ainda, a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica do trabalho.

A partir dos dados obtidos na presente pesquisa, percebe-se que as unidades léxico-semânticas de origem bantu estão presentes no léxico do PA e são utilizadas pelos angolanos nas suas interações cotidianas, quer para designar novos conceitos ou realidades, quer para designar realidades para as quais o português já possui palavras equivalentes. Assim sendo, as respostas dos inquiridos demonstram que as

palavras provenientes das línguas bantu são utilizadas por pessoas de todos os sexos, idades e escolarizadas ou não. De mais a mais, os dados demonstram que os angolanismos expressam as especificidades léxico-semânticas do PA e marcam a identidade linguística dos falantes angolanos, na medida em que veiculam elementos socioculturais e articulam as experiências dos seus falantes.

De acordo com Faraco (2005, p.32), “cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a fala: como ele se constituiu, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo [...]”. Por isso, é justo que se desenvolvam estudos de cada variedade por forma a que a língua seja instrumento de exclusão. Uma variedade pode excluir porque é uma marca de identidade, na perspectiva de Santos e Timbane (2020) e em muitas atitudes linguísticas se ligam à identidade, carregando elementos da autoafirmação do sujeito em situações diversas que experiência.

Finalmente, não se pode negar a influência das línguas bantu na formação do léxico do PA. Mais do que isso, é inegável sua influência na formação dessa variedade. Por essa razão, pensamos estar diante de um exemplo de que o estudo das influências dos idiomas bantu no PA é de fundamental importância para uma descrição mais apurada dos fenômenos e os traços distintivos da variedade angolana. Nesse sentido, acreditamos ter contribuído para o entendimento sobre o aporte das línguas bantu no léxico do PA e o aprofundado os estudos sobre a variedade de português falada em Angola.

Sendo o PA uma realidade, alunos e professores convivem com essa variedade dentro da sala de aula, no recinto escolar e fora da escola. Os angolanismos lexicais estão presentes na fala e na escrita, sendo amplamente observados na literatura e nos jornais do país. Os estudantes aprendem essa literatura na escola, despertando a necessidade da elaboração de um dicionário que registre os angolanismos lexicais. Se não existe um dicionário do PA, o consulente dificilmente poderá encontrar o significado dos angolanismos que não conhece e que não se encontram registrados nos dicionários do PE.

O PA precisa ser dotado de dicionários e gramáticas que permitirão o uso dessa variedade na escolarização, na mídia, nos documentos oficiais e na esfera político-econômica, aproximando ainda mais o cidadão da variedade falada no

cotidiano. Em outras palavras, faz-se premente que a norma linguística utilizada em Angola decorra dos usos linguísticos dos próprios angolanos, que carrega marcas do processo de contato entre a LP e as línguas locais. É nítida a incorporação de traços das línguas africanas no PA, pelo que esta variedade apresenta construções próprias a nível da sua gramática. Não há estudos que se debrucem sobre as interferências das línguas khoi e san no PA, pois pouco se sabe sobre as línguas desses grupos faladas no espaço geopolítico angolano.

Num outro momento, é do nosso escopo ampliar a pesquisa e, com base nos resultados obtidos, produzir um inventário dos angolanismos. Pretendemos ainda elaborar um dicionário com o conhecimento produzido a partir da pesquisa realizada, de modo a contribuir para a melhoria do ensino de LP no país. Salientamos que, no presente trabalho, algumas unidades lexicais podem não apresentar os significados em razão da inexistência de dicionários do PA e a dificuldade de localizar estudos que os indiquem. Além disso, a pesquisa não propôs análises exaustivas, mas ressaltamos a sua importância para o levantamento dos dados sobre a influência bantu na formação do PA, principalmente na constituição do léxico dessa variedade.

Referências

- ALMEIDA, L. K. G. de. **A interferência do kimbundu na língua portuguesa falada em Luanda**. 2013. 63f. Monografia (Licenciatura em Inglês/Português) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. 2ª ed. Ática: São Paulo, 2004.
- ANGOLA. **Constituição da República Popular de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 1975.
- ANGOLA. **Lei de bases do sistema de educação**. Luanda: Assembleia Nacional, 2001.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Luanda: Ministério da Educação, 2016.
- ANTUNES, I. **Território das palavras** - estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M. Cassandra. Fênix e outros mitos. In: FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerra em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001. p. 47-81.
- BALSALOBRE, S. R. G. **Brasil, Moçambique e Angola: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.
- BLOG, P. B. Arte, cultura e religiosidade bantu. **Povosbantu-Blog**. 01 out. 2015. Disponível em: <https://povosbantu-blog.tumblr.com/post/130282557848/um-relat%C3%B3rio-de-pesquisa-para-os-idiomas-bantu>. Acesso em: 12 dez.2021.
- CÁ, L. O. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 207–224, 2011. DOI: 10.20396/etd.v13i1.1174. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1174>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- CAMBUTA, J. **A Formação de Verbos no Português de Angola: para um estudo comparativo entre o português Europeu e o português de Angola**. 2014. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.
- CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CEZARIO, M.M.; VOTRE, S. Sociolinguística. in: MARTELEOTTA, M.E. et al. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009, p.141-156.

CHICUMBA, M. S. **A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais**. In: *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES*, 2013.

COELHO, I. L. et al. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORREIA, M. ALMEIDA, G. M. de B. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.

ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DAS PROVÍNCIAS DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE. **Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954**. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf>.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GREENBERG, J. H. **The Languages of Africa**. Vol. 25. Bloomington: Indiana Univ. 1963.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**: pesquisa de método. São Paulo: Editora Cultrix, 1966.

GUTHRIE, M. **Comparative Bantu**: na introduction to the comparative linguistics and prehistory of the bantu languages. Farnborough: Gregg Press, 71. 4v, 1967.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**, 2014. Luanda: INE, 2016.

KIALANDA, K. S. ; TUMUA, K. S. ; BENGUI, M. P; TIMBANE, A. A. .O kikongo e a cultura do povo bakongo: a cultolinguística nos nomes próprios. **Versalete**, v. 7, p. 73-92, 2019.

KONDJA, J. E. **Reunião do Grupo de Estudos sobre os Povos Khoisan**. 2021. **08/09/2021**. 2021. (2h01m17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iIP29Ab4uJA&t=6454s>. Acesso em: 03 jan. 2022.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITÃO, E. V. **A mulher na língua do povo**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Italiana Limitada, 1988.

LEMO, A. F. F. C. Língua e cultura em contexto multilingue: um olhar sobre o sistema educativo em Moçambique. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 17-32, mai./jun.2018.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATIAS, M. A. **Estudo do Léxico**: antroponímia da província do Kwanza Norte. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Escola de Ciências Sociais, Departamento de Linguística e Literaturas, Universidade de Évora, Évora, 2017.

MENEZES, L. J. J. M. Plurilinguismo, multilinguismo e bilinguismo: reflexões sobre a realidade linguística Moçambicana. **PERcursos linguísticos**. Vitória-ES, v. 3, n. 7, p. 81-91, 2013.

MIGUEL, M. H. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. 1ª Edição. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MIGUEL, M. H. A concepção de ensino da língua tem de mudar”. In: **Entrevista no Jornal de Angola**.p.16-17, 30 de abril 2017. Disponível em: <http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/img/file59058d0fb8f90mar.pdf>. Acesso em: 27 dez.2021.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. in: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004, p.9-14.

MUDIAMBO, Q. **Da lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário**: 10^a, 11^a, 12^a e 13^a classes na E.F.P. – **Escola de Formação de Professores “COR MARIAE” do UÍJE (Angola)**. 2013. 291f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.l: s.n.], 2004.

NEVES. M. Qual é a origem de «bué»? **SAPO**, 04 out. 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/> Acesso em: 02 jul. 2021.

OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, J (Org): **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. vol.1. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-316.

OLIVEIRA, R. P. de; BASSO, R. M; SOUZA, L. M. de; TAVEIRA, R; GRITTI, L. L. **Semântica: 6º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012.

PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís Aspectos sócio-históricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p.164-188, dez. 2021.

PETTER, M. **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PINTO, D. C. da M. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

REDINHA, J. **Distribuição Étnica de Angola**. 9ª ed. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

REDINHA, J. **Etnias e Culturas de Angola**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1974.

RIBEIRO, R. M. P. Muito além das palavras e sentidos: uma breve introdução à semântica. In: PINTO, D.C. de. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016. p. 7-32.

SACANENE, B. S. (2019). Análise dos angolanismos no dicionário da língua portuguesa contemporânea. Diacrítica: **Revista do Centro de Estudos Humanísticos**, v. 32, n. 2, p. 485–503, jul. 2019.

SANTANA, Y. F. D; TIMBANE, A. A. Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola. **Revista Philologus**. v.27, n.80, p. 67-90, mai./ago. 2021.

SANTIAGO, J. de L. **Zoonimia histórico-comparativa bantu**: os cinco grandes herbívoros africanos, 3ª ed. Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, 2013, p. 1-317, edição Ebook, cap. II.

SANTOS, I. da S.; TIMBANE, A. A. **A identidade linguística brasileira e portuguesa**: duas pátrias, uma mesma língua. Curitiba: Appris, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

TIMBANE, A. A. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.

TIMBANE, A. A. ROCHA, F. F. da. A criatividade lexical do português brasileiro na imprensa escrita Catalana. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 23, n. 3, p. 10-27, dez. 2020.

TIMBANE, A. A; SANTANA, Y. F. D; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. **Afluente**, UFMA/Campus III, v.4, n.12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

TIMBANE, A. A; VICENTE, J. G. Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v.2, n.4, p. 114-140, jul./dez. 2017.

TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. **Português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino**. São Paulo: Opção Editora, 2021. Disponível em: <https://www.opcaoeditora.com.br/>. Acesso em: 2 jan. 2022.

TRAILL, A. Línguas Khoisan. **Enciclopédia Britânica**, 10 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Khoisan-languages>. Acesso em: 21 jan. 2021.

UNDOLO, M. E. da S. **Caracterização da norma do português em Angola**. 2014. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2014.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf Acesso em: 02 ago. 2020.

ZAU, D. G. D. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade de Beira Interior, Covilhã, 2011.